

MERCADOS



Bolsa cai 0,5% no dia, a 126,79 mil pontos e cede 1,02% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A primeira semana de abril foi de alternância de perdas e ganhos na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em base diária, com a inclinação negativa se impondo ao Ibovespa (Índice Bovespa) no intervalo, em meio a sinais de que os juros tendem a demorar um pouco mais a cair nos Estados Unidos.

Nesta sexta-feira, o Ibovespa oscilou dos 126.394,13 aos 127.432,20 pontos, e fechou em baixa de 0,5%, aos 126.795,41, saindo de abertura aos 127.421,74 pontos. Na quinta-feira, chegou a romper o limiar de 129 mil pontos na máxima do dia, mas com o recuo desta sexta-feira encerra a semana com perda de 1,02% no período, após ganhos de 0,85% e de 0,23% nas semanas anteriores. O giro desta sexta-feira ficou em R\$ 20,7 bilhões, após ter chegado a R\$ 31 bilhões na quinta. No ano, o Ibovespa cai 5,51%.

Em Nova York, os índices de ações também subiram nesta sexta-feira, entre 0,8% (Dow Jones) e 1,24% (Nasdaq), em Nova York.

Na Bovespa, as ações da Petrobras chegaram a se alinhar, em parte da sessão, a novo avanço nos preços do Brent em Londres, com as tensões no Oriente Médio recolocando o barril da referência global de petróleo a US\$ 91. Mas, após oscilarem ao sabor do

noticiário sobre a gestão da empresa, e mostrar alta acima de 1% na PN perto do fechamento, o sinal ao fim foi misto (ON -0,2%, PN +0,58%).

Em relatório divulgado nesta sexta-feira, o Itaú BBA avalia que a demanda fraca no setor imobiliário chinês continua a prejudicar os preços do minério de ferro e do aço. No caso do minério, a commodity atingiu US\$ 98,3 a tonelada nesta sexta-feira, nível 17% inferior ao registrado um mês atrás, destacou o banco. Vale ON fechou nesta sexta em baixa de 1,09% e as perdas no setor metálico chegaram a superar 2% no fechamento, em Usiminas (PNA -2,55%).

Na ponta perdedora do Ibovespa, destaque para PetroReconcavo (-4,27%), Magazine Luiza (-3,39%) e Rede D'Or (-3,18%). No lado oposto, IRB (+13,21%) com elevação de recomendação do Citi, de neutra para compra, à frente de Vibra (+1,56%) e de Locaweb (+1,35%) na sessão.

DÓLAR

Após trocas de sinal pela manhã, o dólar à vista se firmou em alta no início da tarde desta sexta-feira.

Com máxima a R\$ 5,0744, o dólar à vista encerrou a sessão desta sexta-feira, em alta de 0,29%, cotado a R\$ 5,0654.

A moeda termina a primeira semana de abril com ganhos de 1%. No ano, a valorização acumulada é de 4,37%.

VALORES A RECEBER

Brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,79 bi

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,79 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro até o fim de fevereiro, divulgou nesta sexta-feira o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R\$ 6,23 bilhões, de um total de R\$ 14,02 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de fevereiro, 19.037.033 correntistas haviam resgatado valores. Isso representa apenas 30,19% do total de 63.064.184 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.

Entre os que já retiraram valores, 18.044.139 são pessoas físicas e 992.894 são pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 40.853.231 são pessoas físicas e 3.173.920 são pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R\$ 10 concentram 63,48% dos beneficiários. Os valores entre R\$ 10,01 e R\$ 100 correspondem a 25,14% dos correntistas. As quantias entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil representam 9,65% dos clientes. Só 1,72% tem direito a receber mais de R\$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar

por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Em fevereiro, foram retirados R\$ 215 milhões, queda em relação ao mês anterior, quando tinham sido resgatados R\$ 244 milhões.

MELHORIAS

A atual fase do SVR tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no Whatsapp e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também haverá uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de um cronograma por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, há a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informa a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também há mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF de quem fez o pedido.

BANCO CENTRAL

Contas públicas têm déficit de R\$ 48,7 bi em fevereiro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, resultado principalmente do déficit do governo federal, em razão da antecipação do pagamento de precatórios em 2024. O setor público consolidado - formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R\$ 48,692 bilhões no mês de fevereiro, ante déficit de R\$ 26,453 bilhões no mesmo mês de 2023.

As Estatísticas Fiscais foram divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Nos dois primeiros meses do ano, o setor público consolidado registra superávit primário de R\$ 53,455 bilhões. Em 12 meses - encerrados em fevereiro - as contas acumulam déficit primário de R\$ 268,229 bilhões, o que corresponde a 2,44% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Em 2023, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 249,124 bilhões, 2,29% do PIB.

ESFERAS DE GOVERNO

Em fevereiro último, a conta do Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve déficit primário de R\$ 57,821 bilhões ante resultado negativo de R\$ 39,238 bilhões em fevereiro de 2023. O montante do déficit difere do re-

sultado divulgado pelo Tesouro Nacional, de déficit de R\$ 58,444 bilhões em fevereiro porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Já os governos estaduais registraram superávit no mês de fevereiro de R\$ 7,486 bilhões, ante superávit de R\$ 7,542 bilhões em fevereiro do ano passado. Os governos municipais tiveram resultado positivo de R\$ 1,160 bilhão em fevereiro deste ano. No mesmo mês de 2023, houve superávit de R\$ 4,305 bilhões para esses entes.

No total, os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram superávit de R\$ 8,646 bilhões em fevereiro de 2023 contra resultado positivo de R\$ 11,847 bilhões no mesmo mês do ano passado.

As empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletronbras - tiveram superávit primário de R\$ 483 milhões no mês de fevereiro, contra superávit de R\$ 938 milhões no mesmo mês de 2023.

DESPESAS COM JUROS

Os gastos com juros ficaram em R\$ 65,166 bilhões em fevereiro deste ano, um ligeiro aumento em relação aos R\$ 64,153 bilhões registrados em fevereiro de 2023. Já de janeiro para fevereiro de 2024, houve uma redução significativa. No primeiro mês do ano, os gastos com juros foram de R\$ 79,914 bilhões.

De acordo com o BC, não é comum a conta de juros apresentar grandes variações, especialmente negativas, já que os

juros são apropriados por competências, mês a mês. Mas nesse resultado, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (swap cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro) que, nesse caso, contribuíram para a piora da conta de juros em janeiro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

No mês de janeiro, a conta de swaps teve perdas de R\$ 10 bilhões, enquanto em fevereiro ficou praticamente estável, com perdas de R\$ 0,4 bilhões. Além disso, o mês de fevereiro é mais curto, com três dias a menos, portanto, menos dias para acumular juros, o que também explica essa redução em relação a janeiro.

O resultado nominal das contas públicas - formado pelo resultado primário e os gastos com juros - aumentou na comparação interanual. Em fevereiro, o déficit nominal ficou em R\$ 113,858 bilhões contra o resultado negativo de R\$ 90,606 bilhões em igual mês de 2023.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público acumula déficit R\$ 1,015 trilhão, ou 9,24% do PIB, o maior déficit nominal para o período de 12 meses desde janeiro de 2021. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

DÍVIDA PÚBLICA

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de

créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 6,693 trilhões em fevereiro, o que corresponde a 60,9% do PIB. Em janeiro, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 60,1% (R\$ 6,565 trilhões).

Em fevereiro deste ano, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 8,301 trilhões ou 75,5%, com aumento em relação ao mês anterior (R\$ 8,210 trilhões ou 75,1% do PIB). Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.

PRECATÓRIOS

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse nesta sexta-feira, que o déficit primário de fevereiro, de R\$ 48,692 bilhões, representou um aumento de 84% em relação ao resultado do mesmo mês do ano passado. O saldo negativo foi o pior para o mês da série histórica do BC.

Isso se deu, de acordo com o técnico, por causa da antecipação do pagamento de precatórios, que totalizou R\$ 29,4 bilhões.

"No ano, não afetará o resultado. Foi apenas uma antecipação temporal e, olhando o contrafactual, se não tivesse ocorrido, representaria uma redução do déficit ante fevereiro de 2023", disse durante entrevista coletiva realizada neste momento.

"Esta é uma ressalva importante para melhor entendermos os números de fevereiro", acrescentou.

MAIS DEPÓSITOS

Poupança tem entrada líquida de R\$ 1,3 bilhão em março

ANDREIA VERDÉLIO/AE

O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu pela primeira vez no ano, com o registro de mais depósitos do que saques em março. As entradas superaram as saídas em R\$ 1,3 bilhão, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira, em Brasília, pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R\$ 324,7 bilhões, contra saques de R\$ 323,4 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 4,9 bilhões. Com isso, o saldo da poupança é de R\$ 975,8 bilhões.

No mês anterior, fevereiro de

2024, houve saída líquida (mais saques que depósitos) de R\$ 3,8 bilhões, assim como em janeiro (R\$ 20,1 bilhões). O resultado positivo do mês de março passado também contrasta com o verificado em março de 2023, quando os brasileiros sacaram R\$ 6,1 bilhões a mais do que depositaram na poupança.

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida (mais saques que depósitos) de R\$ 87,8 bilhões. O resultado foi menor do que o registrado em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, de R\$ 103,24 bilhões, em um cenário de infla-

ção e endividamento altos.

JUROS

Os saques na poupança se dão, também, porque a manutenção da Selic - a taxa básica de juros - em alta estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. De março de 2021 a agosto de 2022, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

Por um ano - de agosto de 2022 a agosto de 2023 - a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete ve-

zes seguidas para segurar a inflação. De lá para cá, entretanto, o comportamento dos preços fez o BC cortar os juros por seis vezes consecutivas, chegando a 10,75% ao ano.

Em 2021, a retirada líquida da poupança chegou a R\$ 35,49 bilhões. Já em 2020, a caderneta tinha registrado captação líquida - mais depósitos que saques - recorde de R\$ 166,31 bilhões. Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia de covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

BLOCOS

Haddad: Acordo entre UE e Mercosul ainda inspira muitos cuidados

EDUARDO LAGUNA E MARIANNA GUALTER/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, que o acordo entre Mercosul e União Europeia ainda inspira "muitos cuidados". Se-

gundo ele, ainda que favoreça a Europa, o acordo comercial não foi fechado pelos europeus por uma questão interna da França.

A França, lembrou Haddad, representa o maior obstáculo ao acordo, sobretudo pela resistência de seus agricultores. As de-

clarações foram dadas durante debate com o professor da Universidade de Columbia Adam Tooze promovido pela Phenomenal World, uma revista digital focada em economia política.

Durante o painel, Haddad voltou a pedir também maior

alinhamento entre as instituições no Brasil, dizendo que gostaria de terminar 2024 com a mesma sensação de bons resultados do ano passado, quando, pontuou, foram aprovadas várias leis importantes para pavimentar a sustentabilidade social, ambiental e econômica do Brasil.

Após traçar tensões na geopolítica, o ministro avaliou que o momento inspira cuidados, mas o médio e longo prazo prometem ser bons ao Brasil.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpias, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31/12/2023, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado - DVA, a qual consideramos importantes para divulgar o desempenho. **Mensagem da Administração:** Somos apaixonados pelo mundo e acreditamos que o turismo é muito mais do que simplesmente visitar lugares. É uma descoberta! É esse espírito de desbravamento que move o Grupo Iter. Somos uma holding genuinamente brasileira, fundada em 2022, com marcas consolidadas em nosso portfólio, como o Parque Bondinho Pão de Açúcar, no RJ, e o Parque do Caracol, em Canela/RS. Em cada uma de nossas marcas, buscamos oferecer experiências inesquecíveis. É assim que queremos transformar o turismo brasileiro. Para que isso aconteça, nós nos dedicamos a inovar, colaborar e lutar por uma operação cada vez mais eficiente. **Marcas do Grupo:** O Grupo é composto pelas seguintes marcas: Parque Bondinho Pão de Açúcar. Transporta pessoas para um mundo de encantamento, lazer, entretenimento, gerando experiências sustentáveis inesquecíveis e, principalmente, felizes Parque do Caracol. Um presente da Serra Gaúcha, um local de turismo sustentável, com cachoeiras, trilhas e diversas atividades localizadas no município de Canela - RS. Parque Estadual do Tainhas. Uma Unidade de Conservação situada no Sul do país, entre os municípios de Jaurim, São Francisco de Paula e Cambará do Sul, uma região de natureza rústica e intocada. C2Rio. Uma das maiores operadoras de turismo receptivo do RJ, com tours em português, inglês e espanhol, para brasileiros e estrangeiros de todas as idades. Destinow: Uma plataforma de distribuição multicanal de experiências com foco no destino de cada passageiro. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança estão presentes nas nossas ações. Refletindo esse compromisso, somos uma das empresas signatárias do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil. Investimos em projetos de reflorestamento e conservação das áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. Ações de inclusão também estão na nossa pauta, como a distribuição do "Colar do Girassol", símbolo das deficiências não-visíveis, no Parque Bondinho e também no Parque do Caracol, em Canela-RS. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2023:** A Cia. apresentou em 2023 um lucro líquido de R\$ 86.416 mil, um aumento de 112% em comparação ao resultado de 2022. Esse aumento é devido ao maior nº. de visitantes e maior realização de eventos na controlada Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar. A frequência de turistas em 2023 na sua controlada Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar apresentou um aumento de 34,8% em relação ao ano anterior. RJ, 28/03/2024. A Diretoria.

Balço patrimonial					Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em R\$										
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Capital social	Adto futuro aumento capital	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de contingências	Dividendos a distribuir	Reserva de Lucros	Total	Total dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		2023	2022	2023	2022										
Circulante		26.004	24.680	293.029	173.103										
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.617	21.605	250.928	141.603	47.843	-	68.148	3.270	983	416	(1.232)	119.432	22.261	141.693
Aplicações financeiras	8	-	-	3.089	1.500	-	-	-	-	-	-	-	-	32.193	32.193
Contas a receber	9	-	-	20.185	13.895	-	-	-	-	-	-	40.783	40.783	11.528	52.311
Estoques	-	-	-	1.392	1.322	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	-
Despesas Antecipadas	10	374	167	1.635	1.333	-	-	-	-	-	-	(12.606)	(12.606)	2.394	(10.212)
Impostos a recuperar	11	1.653	1.539	5.680	4.450	-	-	-	2.039	-	-	(2.039)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	350	-	5.422	3.298	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	4.032	3.758	-	-	-	-	-	9.686	(9.686)	-	-	-
Outros ativos circulantes	-	2.010	1.369	666	1.943	-	-	-	-	-	15.225	(15.225)	-	-	-
Não Circulante		290.579	129.797	305.367	278.445										
Realizável a Longo Prazo															
IR/CSLL Diferidos	13	-	-	1.826	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.211	1.211
Impostos a recuperar	11	999	-	4.085	2.416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Antecipadas	10	-	-	14.383	14.316	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas	14	7.905	2.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	24	-	-	1.413	1.287	-	-	-	-	-	(26.950)	-	(26.950)	(22.565)	(49.515)
Aplicações financeiras	8	266	-	4.246	8.068	-	-	-	-	-	-	(22.965)	(22.965)	(11.337)	(34.302)
Investimentos	4	269.150	121.729	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo de Direito de Uso	15	3.320	-	3.595	1.632	-	-	-	-	-	21.604	(21.604)	-	-	-
Imobilizado	17	8.478	5.109	123.947	97.048	-	-	-	-	-	41.847	(41.847)	-	-	-
Intangível	16	461	-	151.835	153.642	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comodato	-	-	-	36	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo		316.582	154.477	598.396	451.548										
Passivo e Patrimônio Líquido		2023	2022	2023	2022										
Circulante		22.298	4.775	77.823	124.187										
Fornecedores	18	1.023	59	7.108	6.183	86.416	40.784	86.204	52.311	-	-	-	-	-	-
Salários e férias a pagar	19	5.774	2.782	11.668	7.070	1.196	190	13.955	6.874	-	-	-	-	-	-
Impostos a recolher	20	2.434	1.672	6.869	5.106	(110.326)	(41.307)	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	20	1.495	-	9.312	89.887	(981)	-	(1.893)	614	-	-	-	-	-	-
Debêntures	21	-	-	27.426	8.715	-	-	-	297	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	15	1.289	-	1.608	717	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e participações	22	10.000	-	10.000	173	-	-	(275)	4.208	-	-	-	-	-	-
Receita Diferida	23	-	-	275	1.639	-	-	874	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	-	283	262	3.557	4.696	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante		20.811	2.092	222.891	105.219										
Tributos em discussão judicial	-	-	-	735	735	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Diferida	23	-	-	-	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recolher	19	-	-	-	106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	15	2.409	-	2.409	1.211	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	20	5.760	-	29.319	9.093	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	21	-	-	174.604	87.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IR/CSLL Diferidos	13	2.092	2.092	2.092	4.615	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão encargos acessórios	24	-	-	1.936	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	22	-	-	1.209	1.114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e participações	22	10.550	-	10.550	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comodato	-	-	-	36	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo		43.109	6.867	300.714	229.406										
Patrimônio líquido		273.474	147.610	297.682	222.142										
Capital social	-	137.206	47.843	137.206	47.843	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	-	68.148	68.148	68.148	68.148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.270	5.309	3.270	5.309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	63.450	-	63.450	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de contingência	-	983	983	983	983	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	416	25.327	416	25.327	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		273.474	147.610	297.682	222.142										
Participação dos não controladores	-	-	-	24.208	74.532	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		316.582	154.477	598.396	451.548										

Demonstrações do resultado				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	26	-	240.812	146.071
Custo dos serviços prestados	27	-	(51.025)	(36.992)
Lucro bruto			189.787	109.979
Despesas com vendas	29	(1.596)	(8)	(3.344)
Despesas gerais e administrativas	28	(27.188)	(5.874)	(88.365)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	4	4.426	(293)
Resultado de equivalência patrimonial	4	110.326	41.307	-
Lucro operacional		81.545	35.425	97.505
Receitas financeiras	-	6.034	7.373	27.871
Despesas financeiras	-	(1.164)	(410)	(42.135)
Resultado financeiro		4.870	6.964	(4.264)
Lucro antes dos impostos		86.416	42.388	83.241
I.R. e C.S. corrente	31	-	(1.605)	(1.387)
I.R. e C.S. diferido	-	-	4.350	(4.167)
Lucro líquido do exercício		86.416	40.783	86.204
Atribuído aos acionistas da Cia.	-	-	86.416	40.783
Participação dos não controladores	-	-	(212)	11.528
Total do lucro líquido do exercício			86.204	52.311

Demonstrações do resultado abrangente				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	-	86.416	40.783	86.204
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.033
Resultado abrangente total		86.416	40.783	87.237

Notas explicativas da administração às DFs em 31/12/2023

1.1 Contexto operacional: A Iter Participações S.A. (doravante denominada "ITER" ou "Cia."), sediada na Praia de Botafogo, nº 501, Sala 702, Bloco I Botafogo, RJ, Brasil e constituída em 21/09/2021, é uma sociedade anônima de capital fechado. A Cia. tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresariais, como sócia, acionista ou quotista ou sob qualquer outra forma jurídica, podendo ainda representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A Cia. e suas controladas (conjuntamente "Grupo") atuam também nos segmentos de turismo, entretenimento, mídia e tecnologia. A ITER é controladora da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("CCAPA"), que opera o Parque Bondinho Pão de Açúcar, e atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia através da subsidiária integral da CCAPA, Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A. ("PATUR"). A Cia. também controla integralmente a Iter Administradora Ltda. ("Iter Adm") e Iter Parques Participações Ltda. ("Iter Participações"). A Iter é controlada pela G3LC Holding S.A. conforme demonstrado na nota 25. **Aquisição Grupo TAH:** Em 22/02/2022, a ITER concluiu a aquisição de 49% de participação societária da Travel Activities Holding S.A. ("TAH"), que detém o controle das operações da C2Rio (uma das maiores operadoras receptoras de turismo no RJ), Destinow (marketplace de experiências no local de destino) e Destitech (empresa responsável pelo desenvolvimento de tecnologia do Grupo TAH). Os efeitos da combinação de negócios estão descritos na Nota 5. **Constituição do Consórcio Novo Caracol e Tainhas:** Em 11/10/2022, foi constituída a empresa Novo Caracol e Tainhas S.A. ("NCT"), cujo objeto social é a execução e exploração da concessão de uso de áreas, atrativos e instalações, precedida da realização de investimentos, destinada à requalificação, modernização, operação e manutenção dos Parques estaduais do Caracol e Tainhas (conjuntamente "Parques Caracol e Tainhas"), conforme leilão promovido pelo estado do Rio Grande do Sul. A Iter Parques Caracol ("Parques Caracol") possui 60% do capital da Concessionária NCT e detém o controle das operações. Os impactos desse negócio estão demonstrados na Nota 5. A emissão dessas DFs foi autorizada pela administração da Cia. em 28/03/2024. **1.2 Base de preparação:** As DFs foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão sumarizadas na Nota 34. As DFs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 2. (a) DFs individuais: As DFs individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as DFs consolidadas. (b) DFs consolidadas: As DFs consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. (c) Demonstração do valor adicionado: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia.s abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09-"Demonstração do Valor Adicionado". Como consequência, por não ser a ITER uma Cia. aberta, essa demonstração está apresentada como informação complementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Alterações adotadas pela Cia.: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2-Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **Alteração ao IAS 8/CPC 23-Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **Alteração ao IAS 12/CPC 32-Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Cia. **1.4 Consolidação:** A Cia. consolida todas as entidades

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto		Gestão
		Risco	Exposição	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento	Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ratings Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez				

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	7.106	-	-	7.106
Empréstimos e Financiamentos	-	9.312	29.319	38.631
Debêntures	-	27.426	174.604	202.030
	7.106	36.738	203.923	247.767
Consolidado				
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	6.183	-	-	6.183
Empréstimos e Financiamentos	-	89.887	9.093	98.980
Debêntures	-	8.715	87.996	96.711
	6.183	98.602	97.089	201.874
Controladora				
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	1.023	-	-	1.023
Empréstimos e Financiamentos	-	1.495	5.760	7.255
Debêntures	-	-	-	-
	1.023	1.495	5.760	8.278
Consolidado				
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	59	-	-	59
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-
	59	-	-	59

3.2 Gestão de capital: Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Cia. monitora o capital com base na disponibilidade de caixa e dependendo das necessidades de caixa para dar continuidade do programa de investimentos e manutenção das suas operações, e pode se utilizar de novas linhas de financiamento de acordo com as políticas e aprovação do Conselho de Administração. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. As tabelas abaixo apresentam os atuais **covenants** contratuais das linhas de financiamento: (I) Cláusulas contratuais restritivas - **covenants** (CCAPA)

	2023	2022
EBITDA realizado (R\$/mil)	147.231	106.620
Dívida Bruta (R\$/mil) (1)	108.952	108.237
Caixa (R\$/mil)	206.080	103.917
Dívida Líquida ou (Caixa Líquido) (R\$/mil)	(97.128)	4.320
Dívida Líquida/EBITDA	(0,66)	0,04

Covenants
Caixa Mínimo 10.000 10.000
Limite dívida líquida/EBITDA-Debêntures 1,50 1,75
Limite dívida líquida/EBITDA-Itaú e Banco do Brasil 1,50 2,00

(1) Considera os empréstimos com os bancos Itaú e Banco do Brasil e debêntures emitidas. (II) Cláusulas contratuais restritivas - **covenants** (Novo Caracol e Tainhas):

Sob os termos do contrato de debêntures, a Cia. é obrigada a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: a) A partir de 1º/01/2025 até 31/12/2025: Dívida Líquida/EBITDA - Até 4,00x; b) A partir de 1º/01/2026 até 31/12/2026: Dívida Líquida/EBITDA - Até 3,00x; c) A partir de 1º/01/2027 até a data de vencimento: Dívida Líquida/EBITDA - Até 2,50x. Todas as cláusulas de **covenants** foram cumpridas em 31/12/2023 e 2023. A Cia. não possui nenhuma outra cláusula de **covenants** em 31/12/2023 e 2022. 3.3 Estimativa

(b) Participação societária nos investimentos

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias %	Participação indireta nas ações ordinárias %
Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A.	Brasil	Serviços de turismo	Controlada	100	-
Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda.	Brasil	Serviços complementares de entretenimento e mídia	Controlada	-	100
ITER Administradora Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
ITER Parques Participações Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
ITER Parques Caracol Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
Novo Caracol e Tainhas S.A.	Brasil	Serviços de turismo	Controlada	-	60
Travel Activities Holding Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	49	100
C2Rio Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Operador turístico e agência de viagens e turismo	Controlada	-	49
Destinow Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Marketplace de experiências turísticas	Controlada	-	49
Destitech Tecnologia da Informação Ltda.	Brasil	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	Controlada	-	49

5 Combinação de negócios: i) Grupo TAH: Em 22/02/2022, a ITER concluiu a aquisição de 49% de participação societária e o controle da Travel Activities Holding S.A. ("TAH"), que detém o controle das operações da C2Rio (uma das maiores operadoras receptoras de turismo no RJ), Destinow (marketplace de experiências no local de destino) e Destitech (empresa responsável pelo desenvolvimento de tecnologia do Grupo TAH). Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo aumente sua presença no mercado de turismo e que tenha autonomia no seu desenvolvimento tecnológico. ii) Consórcio Novo Caracol e Tainhas: Em 11/08/2022, através da sua controlada integral Iter Parques Caracol ("Parques Caracol"), a Cia. venceu o leilão de Concessão dos Parques Caracol e Tainhas (conjuntamente "Parques Caracol e Tainhas") no Estado do Rio Grande do Sul, e é responsável pela qualificação da infraestrutura e dos serviços oferecidos aos visitantes. Pelo direito de exploração dos Parques, a NCT pagou ao Poder Concedente o montante de R\$ 150.000 de outorga fixa. Adicionalmente, pagará mensalmente o correspondente ao percentual base de, no mínimo, 3% da receita operacional bruta a partir do 49º (quadragésimo nono) mês contado da data do início das suas operações. O valor da outorga está registrado no Ativo Intangível no consolidado da Cia. e sua amortização é calculada no modelo linear, pelo prazo da concessão. Não houve nenhuma combinação de negócios durante o ano de 2023.

6 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Ativos financeiros		
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	21.617	21.605
Aplicações financeiras	266	7.335
Contas a receber de clientes	-	20.185
Outros créditos	2.010	1.369
	23.893	22.974
	279.113	167.009
	203.202	103.917

Passivos financeiros

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	1.023	59
Empréstimos	7.256	-
Debêntures	-	202.030
Outras contas a pagar	283	262
Derivativos	-	3.741
Ao valor justo	-	(4.032)
Passivos de arrendamento	3.698	-
	12.260	321
	251.495	204.740

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Caixa e bancos	18	11
Aplicações Financeiras	21.599	21.594
	21.617	21.605

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo risco, todas no segmento de renda fixa, em bancos de primeira linha, e remuneradas a taxas de mercado (CDI). Essas aplicações financeiras são de liquidez imediata. 8 Aplicação Financeira restrita: A controlada NCT possui um montante em aplicação financeira registrada no ativo circulante no montante de R\$ 3.089 (R\$ 1.500 em 2022) que será utilizado para cumprimento de obrigações de encargos acessórios determinadas no edital de Concessão. As obrigações serão realizadas ao longo do exercício de 2024. As demais aplicações financeiras estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Previsão (i)		
Título de Capitalização	266	-
Banco do Brasil	-	396
Instrumentos de Renda Fixa-DI	-	-
Banco Itaú	-	1.514
Instrumentos de Renda Fixa-DI	-	3.496
Banrisul	-	-
Instrumentos de Renda Fixa-DI	-	328
Bradesco	-	-
Instrumentos de Renda Fixa-DI	-	26
	266	4.246
	-	8.068

(i) O saldo refere-se a um título de capitalização efetuado em decorrência ao aluguel do imóvel corporativo.

9 Contas a receber

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Clientes	-	10.503
Administradoras de cartão de crédito	-	12.226
Perdas Estimadas	-	(2.544)
	-	20.185
	-	13.895

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
A vencer	-	23.793
Vencidos: Até 30 dias	-	355
Entre 31 e 60 dias	-	154
Entre 61 e 180 dias	-	127
Acima de 181 dias	-	3.634
Total (desconsiderando perdas estimadas)	-	28.063
	-	15.868

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em 2023, houve um aumento de constituição de provisão de perda esperada em decorrência de locatários e agências que ficaram inadimplentes nas controladas CCAPA e PATUR.

10 Despesas Antecipadas

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Prêmio de seguros	89	72
Prestação de serviços-concessão (a)	-	14.898
Outras despesas antecipadas	285	95
	374	167
	167	16.018
	374	1.635
	-	14.383
	374	167
	167	16.018
	15.649	15.649

(a) Valores pagos a prestadores de serviço em decorrência do contrato de Concessão dos Parques Caracol e Tainhas que serão apropriados pela sua vigência (30 anos). Vide abertura abaixo:

	2023	2022
Custos B3	3.501	3.623
Custos BNDES	10.882	10.693
	14.383	14.316

do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: . Nível 1-preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. . Nível 2-informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). . Nível 3-informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro.

		Controladora					
		2023			2022		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	21.617	-	-	-	21.617	21.605	-
Aplicações financeiras	266	-	-	-	266	-	-
Empréstimos com Partes Relacionadas	7.905	-	-	-	7.905	2.959	-
Total Ativo	29.788	-	-	-	29.788	24.565	-
Passivo							
Empréstimos e Financiamentos	7.256	-	-	-	7.256	-	-
Fornecedores	1.023	-	-	-	1.023	59	-
Total do passivo	8.279	-	-	-	8.279	59	-

		Consolidado					
		2023			2022		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	250.928	-	-	-	250.928	141.603	-
Aplicações financeiras	7.335	-	-	-	7.335	9.568	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.032	-	-	-	4.032	3.758	-
Contas a receber	20.185	-	-	-	20.185	13.895	-
Total Ativo	282.480	-	-	-	282.480	168.824	-
Passivo							
Empréstimos e Financiamentos	38.631	-	-	-	38.631	98.980	-
Fornecedores	7.108	-	-	-	7.108	6.183	-
Total do passivo	45.739	-	-	-	45.739	105.163	-

4 Investimentos: (a) Movimentação dos investimentos

		Controladora					
		2023			2022		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2
Em 1º de Janeiro							
Resultado da Equivalência Patrimonial					110.326	41.307	-
Aquisição de controlada-TAH					-	2.162	-
Aquisição de controlada-ITER Parques Participações					-	63.640	-
Recebimento de dividendos antecipados 2022-CCAPA					-	(33.606)	-
Aporte capital-ITER Parques					10	-	-
Aporte capital-ITER Administradora					2.031	-	-
Aquisição ações minoritárias controlada CCAPA					40.550	-	-
Recebimento de dividendos adicionais 2022-CCAPA					(5.495)	-	-
Em 31 de Dezembro					269.149	121.727	-

		Consolidado					
		2023			2022		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	250.928	-	-	-	250.928	141.603	-
Aplicações financeiras	7.335	-	-	-	7.335	9.568	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.032	-	-	-	4.032	3.758	-
Contas a receber	20.185	-	-	-	20.185	13.895	-
Total Ativo	282.480	-	-	-	282.480	168.824	-
Passivo							
Empréstimos e Financiamentos	38.631	-	-	-	38.631	98.980	-
Fornecedores	7.108	-	-	-	7.108	6.183	-
Total do passivo	45.739	-	-	-	45.739	105.163	-

passivo em decorrência, substancialmente, das diferenças tributárias da depreciação dos ativos imobilizados e realização de Outras Provisões. Efetuamos revisão das apurações e, tendo em vista o benefício do PERSE, 2º o qual a alíquota do IRPJ e a CSLL estava reduzida a zero no ano-calendário de 2023, essa adição não representará saída de caixa para pagamento de IRPJ ou CSLL. Com base nesse entendimento, efetuamos a reversão da diferença fiscal da taxa de depreciação no valor de R\$ 3.475, gerando um imposto diferido ativo para a Cia.. A controlada NCT não reconheceu ativos de impostos de R\$ 8.814 com relação a prejuízos no montante de R\$ 25.925, que podem ser compensados com lucro tributável futuro. A conciliação das despesas de I.R. e C.S. está apresentada na nota 31.

		Controladora					
		2023			2022		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	21.617	-	-	-	21.617	21.605	-
Aplicações financeiras	266	-	-	-	266	-	-
Empréstimos com Partes Relacionadas	7.905	-	-	-	7.905	2.959	-
Total Ativo	29.788	-	-	-	29.788	24.565	-
Passivo							
Empréstimos e Financiamentos	7.256	-	-	-	7.256	-	-
Fornecedores	1.023	-	-	-	1.023	59	-
Total do passivo	8.279	-	-	-	8.279	59	-

Em 2022, a controlada CCAPA possuía um contrato de arrendamento referente ao aluguel do escritório corporativo. Em 2023 esse contrato foi encerrado e transferido para a Iter. (ii) **Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:** A demonstração de resultado incluiu os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

		Controladora					
		2023			2022		

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.550, com vencimentos em 20/12/2024 e 19/12/2025 e corrigidos pela variação do IPCA. O total do investimento da ITER na CCAPA em novembro de 2023 era R\$ 154.582 (investimento - 75% de participação) e R\$ 93.948 (resultado acumulado - 75% de participação). Em dezembro de 2023 houve a seguinte movimentação no saldo de investimentos da CCAPA: Investimento em nov/23: R\$ 154.582; Aquisição de participação: R\$ 40.550; Resultado dez/23 (100%): R\$ 17.035; Outros resultados abrangentes: R\$ 24. TOTAL R\$ 212.192. Ganho na aquisição de participação (resultado) R\$ 10.977; TOTAL Investimento (100% CCAPA) R\$ 223.170; TOTAL participação resultante em dez/23 R\$ 121.960 (valor de equivalência patrimonial da CCAPA na ITER 23 Receita Diferida

	Consolidado	
	2023	2022
Circulante	275	1.639
Não Circulante	-	250
	275	1.889

Em março de 2022, foi firmado contrato de patrocínio no valor de R\$ 2.000, com vigência de 24 meses, sendo que 40% do valor foi pago em favor da Cia. e 60% em favor da PATUR. A receita está sendo apropriada ao resultado em base linear pelo prazo do contrato, que se encerra em fevereiro de 2024. Também são contabilizados nesse grupo valores de bilhetes/passagens vendidos e ainda não utilizados. **24 Provisão para contingências e depósitos judiciais:** Provisão para contingências: O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e através de experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas prováveis. Os valores apresentados a seguir estão líquidos dos depósitos judiciais correspondentes:

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas	917	841
Tributárias	563	546
Cíveis	-	-
(-) Depósitos Judiciais	(271)	(271)
	1.209	1.116

Adicionalmente, há outros processos envolvendo o Grupo, cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis:

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas	4.583	4.679
Cíveis	51.154	5.484
	55.737	10.163

Estes valores não estão provisionados na contabilidade do Grupo em consonância com as normas contábeis vigentes. **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são decorrentes de interposição de recursos, realizados em juízo pela Cia., conforme demonstração abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos judiciais	-	-	1.413	1.287
	-	-	1.413	1.287

25 Patrimônio Líquido: (a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2022 era de R\$ 47.843 representado por ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominalistas e sem valor nominal. Em 14/04/2023 houve o aumento de capital por acionista minoritária no montante de R\$ 69.363. Em 31/12/2023, o capital social e o quadro acionário da Cia. estavam representados conforme abaixo:

	Controladora	
	2023	2022
Em milhares de Reais		
Capital Social	137.206	47.843
Em quantidade ações		
Ações ordinárias	52.066.350	47.727.487
Total ações	52.066.350	47.727.487

Participação Acionária
 G3LC Holding S.A. 81,19% 89,06%
 Acionistas Minoritários 18,81% 10,94%
 Total Participação Acionária 100,00% 100,00%

(b) Reserva Legal: Trata-se de reserva estatutária composta da retenção de 5% do lucro líquido do exercício, com valor máximo estabelecido de 20% do capital social e, máximo de 30% das reservas de capital. **(c) Reserva de Contingência:** Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de absorver os impactos financeiros negativos decorrentes de processos judiciais em que a Cia. figure como ré. **(d) Reserva de Investimentos:** Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de viabilizar os investimentos para renovação do Parque. **(e) Dividendos:** Estatutariamente, a Cia. deve destinar como dividendos mínimos 25% do lucro líquido, ainda que seja na forma de JSCP. Estes dividendos mínimos são transferidos para o passivo. Adicionalmente, é possível destinar resultado superior aos 25%, que permanecem registrados no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

	2023	
Lucro líquido do exercício		66.416
Reserva Legal (i)	5%	-
Lucro Líquido ajustado		66.416
Dividendo mínimo obrigatório		(21.604)
Lucro retido a distribuir		64.812
Antecipação de dividendos	25%	(22.965)
Saldo não distribuído 2022		416
Saldo de lucro a destinar		42.263

(i) Conforme art. 193 da Lei 6.404, a Cia. poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Visto que a Cia. está enquadrada nesse cenário, não foi constituída reserva legal para o ano de 2023. **26 Receita operacional líquida:** A reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentadas nas demonstrações do resultado é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita Operacional Bruta				
Receita com prestação de serviço	-	-	255.276	154.310
Deduções				
Imposto sobre Prestações de Serviços	-	-	(14.464)	(8.239)
Receita operacional líquida			240.812	146.071

27 Custo dos serviços prestados: O aumento dos custos de serviços prestados consolidado de 2022 para 2023 está relacionado com o incremento e nos gastos de utilidades e serviços, em virtude principalmente do aumento da visitação aos parques.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos com pessoal	-	-	20.291	19.278
Custos de serviços prestados	-	-	20.865	7.115
Custos de depreciação e amortização	-	-	3.303	4.246
Custos gerais e administrativos	-	-	4.860	939
Custos com utilidades e serviços	-	-	-	3.345
Custos com impostos e taxas	-	-	1.706	1.169
	-	-	51.025	36.092

28 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	18.971	4.662	50.762	23.862
Despesas de serviços prestados	5.458	569	19.083	8.830
Despesas com perdas de clientes	-	-	765	-
Despesas de depreciação e amortização	1.196	190	10.651	2.627
Despesas gerais e administrativas	1.431	77	6.255	4.392
Despesas com utilidades e serviços	-	70	-	3.298
Despesas com impostos, multas e taxas	132	306	849	739
	27.188	5.874	88.365	43.748

29 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com propaganda e marketing	1.470	8	8.218	4.690
Outras despesas com vendas	126	-	126	707
	1.596	8	8.344	5.397

30 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado Financeiro				
Receitas Financeiras				
Juros Recebidos	956	249	1.562	367
Varição cambial	-	-	4	1
Descontos recebidos	-	-	6	2
Recebimentos de aplicação financeira	5.078	7.123	26.300	21.205
	6.034	7.373	27.871	21.576
Despesas Financeiras				
Pls sobre receita financeira	(40)	(52)	(232)	(144)
Cofins sobre receita financeira	(244)	(319)	(1.312)	(552)
Tarifa bancárias	(79)	(5)	(604)	(175)
Juros fornecedores	(16)	-	(120)	(22)
Juros sobre pagamento de impostos	(0)	(2)	(228)	(57)
Juros sobre debêntures	-	-	(33.023)	(13.562)
Juros sobre arrendamento	(471)	-	(453)	(297)
Juros sobre empréstimos	(277)	-	(3.118)	(3.035)
Juros s/ mutuo	-	-	(1.259)	-
Custo de transação sobre debêntures	-	-	(1.301)	-
Despesa variação cambial	(37)	-	(205)	(607)
Despesa c/Aplicação Financeira	-	(30)	(0)	(431)
IRRF sobre empréstimos	-	-	(12)	(97)
Descontos concedidos	-	-	(267)	(409)
	(1.164)	(409)	(42.135)	(19.589)
Resultado Financeiro	4.870	6.963	(14.264)	1.988

31 Despesa de I.R. e C.S.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	86.416	42.388	83.241	62.529
Líquido de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL	86.416	42.388	83.241	62.529
Despesas não dedutíveis	-	-	4.629	(2.499)
Exclusões à base de cálculo	-	-	(11)	(2.733)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(110.326)	(44.279)	-	-
Lucro Tributável	(23.910)	(1.891)	87.859	57.297
IRPJ-Corrente	-	(1.177)	(1.001)	(3.284)
CSLL-Corrente	-	(428)	(385)	(2.767)
Impostos Diferidos	-	-	4.350	(4.167)
Total dos impostos sobre o lucro	-	(1.605)	2.963	(10.218)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	0,00%	3,79%	-3,56%	16,34%

32 Seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31/12/2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 75.000 de limite máximo de garantia para danos materiais, alagamentos e inundações, tremor de terra, maremoto e terremoto, além de lucros cessantes. Para a apólice de responsabilidade civil, os valores são de R\$ 20.000, enquanto a cobertura de seguro D&O (responsabilidade civil de administradores e diretores) possui limite máximo de garantia de R\$ 30.000. Para a apólice de cobertura de riscos ambientais o limite máximo de garantia é de R\$ 15.000 agregado. As apólices contratadas incluem as controladas Novo Caracol e Tainhas, CCAPA e a sua controlada Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A., como cosseguradas. **33 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresen-

lados salvo disposição em contrário. **33.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades na qual a Cia. detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição. De controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **(c) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **33.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia. e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros receitas (despesas), líquidas". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **33.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **33.4 Ativos financeiros:** 33.4.1 Classificação: O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao valor justo por meio do resultado. Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. Em 31/12/2023 e 2022, o Grupo não possuía nenhum ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado. **33.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **33.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/perdas e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem. **33.4.4 Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **33.4.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **33.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **33.6 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **33.7 Arrendamentos:** O Grupo aluga 2 salas de prédio comercial para a sua área administrativa e câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimonial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercer a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e, quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **(f) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **33.8 Ativos Intangíveis: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para aloca o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **(b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa

não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **(c) Direito de Outorga:** O contrato de concessão obtido pela controlada NCT junto ao Poder Concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da Concessão foi registrado pelo valor pago, sendo a amortização calculada de forma linear pelo prazo do contrato. **(d) Intangível em infraestrutura:** Nos termos do contrato de Concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1)-Contratos de Concessão, a controlada NCT atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre o Poder Concedente e a Cia. não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários. A amortização deste ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão. **33.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas e Equipamentos	10-20
Veículos	3-5
Móveis e utensílios	5-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **33.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **33.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das DFs associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no 1º ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o 1º ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as DFs do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as DFs do Grupo.

Sandro Roberto Fernandes - Diretor Presidente; Sergio Luiz Gonçalves Andreoli - Diretor Financeiro; Ariani Rocha Vale - CRC SP - 291274/O-1 - CPF: 338.145.938-47

Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Iter Participações S.A. Opinião Examinamos as DFs individuais da Iter Participações S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. e da Cia. e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 26 e 33.16) Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria A principal fonte de receita da Cia. e suas controladas advém da prestação de serviços de turismo. Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente administração Cia. e das suas controladas para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura do Teléferico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações de controle interno da Cia. e suas controladas. Em base amostral, verificamos os tickets emitidos ao longo do exercício, respectivas emissões de notas fiscais e cões com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2023 e início de 2024 e testamos, em base amostral, o reconhecimento das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captação da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Tura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia utilizada e as divulgações feitas são consistentes com os dados e informações obtidas ao longo dos nossos trabalhos.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia. e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09—"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, 2º os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as DFs e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 28/03/2024. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Caren Henriete Macchin - Contadora - CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Economia

FERROVIA

Lula cita importância da Transnordestina para economia do País

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou, nesta sexta-feira, as obras da Ferrovia Transnordestina, em Iguatu, no Ceará. Ela está com 61% das obras concluídas. Ao discursar, Lula se comprometeu a trabalhar pela conclusão do empreendimento, iniciado em seu primeiro mandato, em 2006, e destacou a sua importância na geração de empregos e barateamento do custo do frete.

"Se depender do governo (federal), a gente vai terminar (a obra), porque o governo vai cumprir todos os acordos firmados e não vai permitir que faltem os recursos necessários para que a gente possa terminar essa ferrovia", disse, citando os desafios técnicos e políticos que apareceram no desenrolar das obras.

"Essa ferrovia é importante não só porque ela gera empregos, não só porque ela barateia o transporte, não só porque ela facilita a vida de dois estados e de milhões de pessoas. Ela é importante porque o Brasil se transformou num país rodoviário e um país para ser mais produtivo, um país para ser mais leal ao seu povo, ele não pode abandonar a ferrovia para fazer rodovia, não.

Ele tem que ter rodovia de qualidade, tem que ter ferrovia de qualidade, tem que ter hidrovias de qualidade, porque nós precisamos ter um sistema intermodal de transporte para utilizar todo o potencial para transportar gente, cargas e para baratear as coisas para o nosso povo", acrescentou o presidente.

PREVISÃO

A empresa privada Transnordestina Logística S/A (TLISA), do Grupo CSN, é a responsável pela construção e operação da ferrovia e prevê que ela seja entregue até o primeiro trimestre de 2027.

A Ferrovia Transnordestina - com 1.206 quilômetros - ligará o sertão do Piauí, a partir da cidade de Eliseu Martins, ao porto de Pecém, no Ceará, passando por 53 cidades. O empreendimento é estratégico para o transporte de grãos,

minérios, fertilizantes e combustíveis e deverá atuar com três terminais de carga no Ceará.

A infraestrutura logística atenderá, entre outros, o escoamento de grãos da região do Matopiba, formada pelo estado do Tocantins e partes do Maranhão, Piauí e Bahia, reduzindo o custo e dando mais competitividade à produção brasileira no mercado externo.

A Transnordestina é um dos projetos prioritários do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e recebeu, em 2023, investimento de R\$ 269 milhões. O empreendimento gera 3,8 mil empregos diretos e indiretos, sendo mais de 90% de mão de obra local.

SEGURANÇA HÍDRICA

Durante o evento em Iguatu, o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, assinou a ordem de serviços para as obras do Ramal do Salgado, ligado à transposição do Rio São Francisco. A obra de 36 quilômetros vai conectar Cachoeira dos Índios, na Paraíba, a Lavras de Mangabeira, no Ceará, e deve beneficiar a população em uma região frequentemente atingida por períodos de seca.

O empreendimento também atenderá a região metropolitana de Fortaleza, maior centro urbano a ser beneficiado pelo Projeto da Transposição, e permitirá o abastecimento de cidades cearenses de médio porte, como Lavras da Mangabeira, Aurora, Cedro e Icó.

A construção do Ramal do Salgado reduzirá o percurso em cerca de 100 quilômetros para a adução da água do Rio São Francisco ao Açude Castanhão, por meio dos rios Salgado e Jaguaribe. Atualmente, a transferência emergencial das águas do São Francisco para o açude ocorre por meio do Cinturão das Águas (CAC), a partir da transposição na barragem de Jati.

Maior reservatório de água doce do Ceará, é a partir do Castanhão que a região metropolitana de Fortaleza é abastecida.

2023

Autuações da Receita crescem 65% e atingem R\$ 225 bilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As autuações promovidas pela Receita Federal bateram recorde e somaram R\$ 225,5 bilhões em 2023, divulgou nesta sexta-feira o órgão. O valor recorde representa alta de 65% em relação aos R\$ 136,7 bilhões autuados em 2022. Apesar do aumento nas autuações, apenas 5% do valor cobrado entrou nos cofres federais em 2023. Segundo a Receita Federal, isso ocorreu por causa de questionamentos dos contribuintes após a emissão dos autos de infração, tanto na esfera administrativa como em processos judiciais.

Do valor de R\$ 225,5 bilhões, informou o Fisco, R\$ 215,9 bilhões foram autuados de pessoas jurídicas e R\$ 9,6 bilhões de pessoas físicas. O restante refere-se a empresas, principalmente grandes companhias. As empresas de maior porte responderam por 81,3% do total do valor autuado de pessoas jurídicas, R\$ 175,6 bilhões.

No ano passado, a Receita monitorou 8.596 empresas de forma diferenciada. Essas companhias representam apenas 0,04% das empresas formais no país, mas respondem por 61% da arrecadação administrada pela Receita Federal. Segundo o

relatório, o monitoramento específico resultou em R\$ 27 bilhões em créditos tributários (valores a serem recebidos pelo Fisco) por meio de empresas que autorregularizaram a situação e evitaram sanções ou processos na Justiça. Desse total, foram pagos ou parcelados R\$ 5,6 bilhões.

PLANEJAMENTO

Além de apresentar os resultados de 2023, a Receita divulgou o planejamento da fiscalização para 2024. As ações de fiscalização se concentrarão em ajustes indevidas concedidas a empresas do setor de eventos por meio do Programa Perse, com as fiscalizações de uso da ajuda financeira de incentivos estaduais para obter desconto no Imposto de Renda e no mecanismo aprovado no fim do ano passado para coibir abusos na dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), a subsecretária de Fiscalização da Receita, Andrea Costa Chaves, disse que o órgão pretende ampliar em 2024 as notificações por uso irregular da ajuda, concedida a empresas afetadas pela pandemia. No ano passado, informou a subsecretária "um número

muito pequeno" de contribuintes foi notificado, dos quais a metade regularizou a situação voluntariamente. Ela não revelou a quantidade de notificações para o Perse.

Em relação ao JCP, o Fisco pretende concentrar a fiscalização em grandes empresas que usavam o mecanismo, que permite registrar a distribuição de lucros aos acionistas como despesa. Isso na prática reduz o lucro e o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e tem sido usado por grandes empresas como ferramenta de planejamento tributário, para pagar menos tributos.

Em relação à dedução do IRPJ e da CSLL de ajudas estaduais a empresas, a Receita informou ter notificado 562 empresas por suspeita de irregularidade. No ano passado, o Congresso aprovou uma lei que restringe a utilização das subvenções (ajuda financeira) do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado por estados a investimentos. As empresas podem deduzir do IRPJ e da CSLL a ajuda do ICMS usada para investir (comprar máquinas, equipamentos e fazer obras), mas não para gastos correntes.

A lei aprovada pelo Congresso estabeleceu uma renegociação especial para as empresas que utilizaram o benefício indevidamente e acumulam um passivo de cerca de R\$ 90 bilhões. Nesta semana, a Receita publicou a instrução normativa do programa de renegociação, que concederá até 80% de desconto na dívida. O prazo de adesão começa em 10 de abril.

REFORÇO

O reforço na fiscalização da Receita faz parte da estratégia do governo para elevar a arrecadação e cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas neste ano, com tolerância de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar do compromisso, a Receita Federal informou que não trabalha com metas de lançamento de autos de infração, apenas com a definição dos temas prioritários de fiscalização a cada ano.

A subsecretária de Fiscalização da Receita admitiu que a greve dos auditores fiscais, no fim do ano passado e no início deste ano, impactou o número de autuações. Ela, no entanto, afirmou que justamente a definição de estratégias de fiscalização ajudou a garantir o recorde de autuações no ano passado.

ABSOLAR

Energia solar no Brasil chega aos 41 gigawatts de potência instalada

DENISE LUNA/AE

O Brasil ganhou mais 4 gigawatts (GW) de energia solar no primeiro trimestre do ano, somando as grandes usinas solares e os sistemas de geração própria de energia em telhados, fachadas e pequenos terrenos, atingindo a marca de 41 gigawatts (GW), informou a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar). De acordo com a entidade, a energia solar trouxe desde 2012 mais de R\$ 195 bilhões

em novos investimentos, que geraram mais de 1,2 milhão de empregos verdes no País.

Atualmente, a participação da fonte solar equivale a 17,4% da matriz elétrica brasileira.

Somente no segmento de geração centralizada, as grandes usinas solares acabam de atingir 13 GW de potência no País, com cerca de R\$ 56 bilhões em investimentos acumulados e mais de 391 mil empregos verdes gerados.

Pelos cálculos da Absolar, o

setor fotovoltaico já evitou a emissão de 50,1 milhões de toneladas de CO2 na geração de eletricidade.

No segmento de geração distribuída de energia, a fonte solar atingiu 28 GW de potência instalada esta semana.

De acordo com a Absolar, isso equivale a cerca de R\$ 139,2 bilhões em investimentos, R\$ 41,7 bilhões em arrecadação e mais de 841 mil empregos verdes acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões

do Brasil.

Para o presidente do Conselho de Administração da Absolar, Ronaldo Koloszuk, a ascensão brasileira na transição energética global é calcada majoritariamente pela expansão da geração solar fotovoltaica. "O ganho de escala, o aumento da eficiência e a evolução tecnológica de ponta fazem da energia solar um dos principais vetores da transformação sustentável no Brasil e no mundo", afirmou, em nota.



EX-DEPUTADA

TJ mantém condenação de 50 anos de Flordelis

VITOR ABDALA/ABRASIL

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) negou, por unanimidade, recurso de apelação da ex-deputada federal Flordelis e manteve sua condenação a 50 anos de prisão. Ela foi considerada culpada pela participação no assassinato de seu marido, o pastor Anderson do Carmo, em junho de 2019.

As condenações de Flordelis (foto) são por homicídio triplamente qualificado, tentativa de homicídio duplamente qualificado, uso de documento falso e associação criminosa armada, segundo o TJRJ.

Os desembargadores também decidiram manter as condenações, pela participação no mesmo crime, de Simone dos Santos Rodrigues, filha biológica de Flordelis; de Adriano dos Santos Rodrigues, filho



FERNANDO FRAZÃO

biológico da ex-parlamentar; e de Carlos Ubiraci Francisco da Silva, filho afetivo.

A 2ª Câmara Criminal também decidiu anular a absolvição, pelo Tribunal do Júri de Niterói, de outras três pessoas acusadas de participar do crime: Rayane dos Santos, neta biológica da ex-deputada; Marzy Teixeira e André Luiz de Oliveira, ambos filhos adotivos. Eles serão submetidos a novo julgamento pelo júri.

CRIME SEM CASTIGO

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

O Conselho de Sentença do I Tribunal do Júri absolveu por insuficiência de provas os quatro acusados de envolvimento nas mortes de Edmea da Silva Euzébio e de sua sobrinha, Sheila da Conceição. Edmea era uma das líderes do movimento que ficou conhecido como Mães de Acari, formado por mães de 11 jovens da Favela do Acari, que, em julho de 1990, foram sequestrados em um sítio em Suruí, bairro de Magé, onde passavam o dia. Eles nunca foram encontrados.

Edmea e Sheila foram executadas a tiros no dia 19 de janeiro de 1993, no estacionamento da estação do metrô da Praça XI, no Centro do Rio de Janeiro.

Com a decisão, Eduardo José Rocha Creazola, Arlindo Maginário Filho, Adilson Saraiva Hora e Luis Claudio de Souza, todos acusados de envolvimento no crime, foram absolvidos.

Na época do crime, Eduardo, Arlindo e Adilson atuavam como policiais militares. Luiz Carlos era motorista do então subprefeito da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, hoje prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com o Tribunal, a sessão de julgamento contou com reproduções em vídeo de depoimentos das testemunhas Sueli Rodrigues Vieira, Sonia Cristina Lourenço e do tenente-coronel da reserva da PM Valmir Alves Brum. Em seguida, foi ouvido, presencialmente, o delegado Antonio Silvino Teixeira.

Após essa fase, os quatro réus foram interrogados.

A promotora Flávia Maria Moura Machado considerou que não havia provas suficientes para a condenação e pediu a absolvição dos acusados. Ao se manifestarem, os advogados dos acusados também requereram a absolvição, sob a mesma alegação.

MÃES DE ACARI

Em julho de 1990, onze jovens, sendo sete adolescentes, entre 13 e 17 anos de idade, da comunidade na Baixada Fluminense desapareceram em Magé, após serem levadas por homens que se identificaram como policiais. Apesar de ser conhecido como Chacina de Acari, bairro onde moravam as famílias, os corpos das vítimas nunca foram

encontrados. Familiares das vítimas pedem que o Estado brasileiro seja responsabilizado, já que um grupo de policiais militares e civis é suspeito de ter sequestrado e matado os jovens.

O caso de Acari foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2006. O processo terminou com decisão em favor das vítimas e recomendações ao Estado brasileiro. Entre elas, oferecer apoio psicológico às famílias das vítimas, fazer relatório sobre a atuação das milícias no Rio de Janeiro e estabelecer políticas públicas e leis para evitar violações de direitos humanos.

A Comissão entendeu que essas recomendações não foram cumpridas e passou o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2022.

Energética Campos de Cima da Serra Ltda.

CNPJ/MF nº 04.452.459/0001-87

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	2023	2022	
Circulante			Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	985	1.155	Contas a pagar	2.420	2.198	Lucro líquido do exercício	19.357	19.314
Contas a receber	3.399	1.042	Impostos e contribuições a recolher	538	398	Outros resultados abrangentes	—	—
Estoques	1.286	1.033	Dividendos a pagar	9.083	12.028	Outros resultados abrangentes líquidos	—	—
Impostos a recuperar	60	58	Arrendamento	—	70	Total de resultados abrangentes do exercício	19.357	19.314
Despesas antecipadas	278	304	Outras contas a pagar	12	—			
Outros	9	33	Total do passivo circulante	12.053	14.694			
Total do ativo circulante	6.017	3.625						
Não circulante			Patrimônio líquido					
Despesas Judiciais	2	—	Capital social	101.362	101.362			
Imobilizado	256.806	264.293	Reservas de lucros	43.560	43.596			
Arrendamento	—	46	Ajustes de avaliação patrimonial	105.850	108.312			
Total do ativo não circulante	256.808	264.339	Total do patrimônio líquido	250.772	253.270			
Total do ativo	262.825	267.964	Total do passivo e do patrimônio líquido	262.825	267.964			
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Receita operacional líquida	38.754	37.095	Resultado financeiro			Fluxo de caixa das atividades operacionais	19.357	19.314
Custo de geração de energia	(14.884)	(13.250)	Receitas financeiras	283	144	Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Lucro bruto (prejuízo)	23.870	23.845	Despesas financeiras	(15)	(31)	Depreciação de ativo imobilizado	9.434	8.797
Despesas operacionais			Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	268	113	Baixa de ativo imobilizado	208	—
Gerais e administrativas	(3.251)	(4.105)	Imposto de renda e contribuição social	20.668	20.525	Depreciação de arrendamento	113	95
Outras receitas/(despesas) operacionais	(219)	672	Corrente	(1.311)	(1.211)	Juros sobre arrendamento	1	4
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	20.400	20.412	Lucro líquido do exercício	19.357	19.314	(Aumento) redução nos ativos operacionais	(2.357)	5.074
						Contas a receber	(253)	31
						Estoques	(2)	(47)
						Impostos a recuperar	26	(54)
						Despesas Judiciais	(2)	—
						Outros	24	(32)
						Aumento (redução) nos passivos operacionais	222	(6.711)
						Contas a pagar	140	(524)
						Impostos e contribuições a recolher	12	—
						Outras contas a pagar	26.923	25.947
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	26.923	25.947
						Fluxo de caixa das atividades de investimento		
						Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(2.155)	(9.928)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.155)	(9.928)
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
						Aumento de capital	—	4.710
						Pagamento de arrendamento	(138)	(95)
						Dividendos pagos	(24.800)	(20.487)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(24.938)	(15.872)
						Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	(170)	147
						Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.155	1.008
						Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	985	1.155
						Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(170)	147
						Informações complementares:		
						Valores pagos de IR:	741	791
						Valores pagos de CS:	433	441
						Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68		
						Flavio Martins Ribeiro – Diretor CPF: 035.898.606-00		
						Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O		
						Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225-O		

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.675/0001-86

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	2023	2022	
Circulante			Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.795	3.921	Contas a pagar	2.114	2.045	Lucro líquido do exercício	13.964	13.270
Contas a receber	5.766	4.438	Empréstimos e financiamentos	7.876	7.824	Outros resultados abrangentes	—	—
Estoques	731	740	Impostos e contribuições a recolher	591	699	Outros resultados abrangentes líquidos	—	—
Impostos a recuperar	371	594	Dividendos a pagar	450	—	Total de resultados abrangentes do exercício	13.964	13.270
Despesas antecipadas	238	267	Arrendamento	—	74			
Outros	150	2	Outras contas a pagar	97	212			
Total do ativo circulante	9.051	9.962	Total do passivo circulante	11.128	10.854			
Não circulante			Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7.719	7.953	Empréstimos e financiamentos	92.807	99.178			
Imobilizado	188.702	196.231	Provisões para contingências	1	1			
Arrendamento	—	45	Total do passivo não circulante	92.808	99.179			
Outros	445	445	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante	196.866	204.674	Capital social	90.244	96.744			
Total do ativo	205.917	214.636	Reservas de lucros	11.737	7.859			
			Total do patrimônio líquido	101.981	104.603			
			Total do passivo e do patrimônio líquido	205.917	214.636			
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Receita operacional líquida	39.334	36.095	Resultado financeiro			Fluxo de caixa das atividades operacionais	13.964	13.270
Custo de geração de energia	(13.791)	(12.856)	Receitas financeiras	1.402	2.580	Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Lucro bruto	25.543	23.239	Despesas financeiras	(9.705)	(9.897)	Depreciação de ativo imobilizado	7.655	7.725
Despesas operacionais			Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.303)	(7.317)	Encargos financeiros, líquidos	9.482	9.745
Gerais e administrativas	(1.466)	(380)	Imposto de renda e contribuição social	15.686	15.277	Amortização de despesa de contratação de empréstimos	135	120
Outras despesas operacionais	(88)	(265)	Corrente	(1.722)	(2.007)	Baixa de ativo imobilizado	158	69
Lucro operacional antes do resultado financeiro	23.989	22.594	Lucro líquido do exercício	13.964	13.270	Depreciação de arrendamento	108	84
						Juros sobre arrendamento	—	4
						(Aumento) redução nos ativos operacionais	(1.328)	229
						Contas a receber	9	(103)
						Estoques	223	(253)
						Despesas antecipadas	29	(52)
						Outros	(148)	—
						Aumento (redução) nos passivos operacionais	69	(671)
						Contas a pagar	(108)	273
						Impostos e contribuições a recolher	(115)	11
						Outras contas a pagar	30.133	30.451
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	30.133	30.451
						Fluxo de caixa das atividades de investimento		
						Depósitos restituíveis e valores vinculados	234	(155)
						Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(284)	(591)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(50)	(746)
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
						Redução de capital	(6.500)	—
						Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(7488)	(7.410)
						Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(8.448)	(8.916)
						Pagamento de arrendamento	(138)	(83)
						Dividendos pagos	(9.635)	(18.714)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(32.209)	(35.123)
						Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(2.126)	(5.418)
						Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.921	9.339
						Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1.795	3.921
						Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(2.126)	(5.418)
						Informações complementares:		
						Valores pagos de IR:	752	989
						Valores pagos de CS:	600	560

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

EPIDEMIA

RJ registra primeiros casos de dengue tipo 3

ALANA GANDRA/ABRASIL

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) confirmou nesta sexta-feira os primeiros dois casos de dengue tipo 3 ocorridos este ano. Trata-se de uma mulher de 39 anos, de Paraty, na Costa Verde, e uma criança de um ano, de Maricá, na região Metropolitana II. Os dois casos ocorreram nos dias 25 e 26 de fevereiro, respectivamente, e foram confirmados pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels (Lancen-RJ) e pelo Laboratório de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). As duas pacientes foram tratadas e passam bem.

Os municípios vão investigar

os dois casos para saber se são autóctones, isto é, se aconteceram dentro dos territórios, ou se são importados. O sorotipo 3 não circulava no estado do Rio de Janeiro desde 2007, o que amplia a margem de pessoas que nunca tiveram contato com o vírus. Levantamento da SES-RJ estimou que cerca de 4,8 milhões de pessoas estariam vulneráveis a esse sorotipo.

ALERTA

“Este é um ponto de atenção para redobramos os cuidados e continuarmos em alerta. Como o tipo 3 não circula no estado há muito tempo, existe uma boa parcela da população mais suscetível à doença”, explica a secretária de Estado de Saúde, Claudia Mello. A Secretaria vai

manter o monitoramento dos casos e definir ações específicas caso identifique uma mudança de cenário.

Os sintomas da dengue tipo 3 são os mesmos dos tipos 1, 2 e 4. Os principais são febre alta (superior a 38°C); dor no corpo e articulações; náuseas e vômitos; dor atrás dos olhos; mal-estar; falta de apetite; dor de cabeça; manchas vermelhas no corpo.

Este ano, o estado vinha registrando somente casos de dengue dos tipos 1 e 2, com predomínio do sorotipo 1. O Boletim Panorama da Dengue, divulgado nesta sexta-feira, indica que o atual cenário da doença ainda é de Emergência em Saúde Pública, com o estado se mantendo no nível 3, o mais al-

to de alerta contra a dengue.

DECRETO

A SES-RJ manteve o decreto de epidemia de dengue no Rio de Janeiro em razão de o estado ainda apresentar altos índices da doença. Embora as projeções mostrem tendência de queda, o número de casos prováveis de dengue ainda é considerado alto pelos técnicos e especialistas da Secretaria, que monitoram a situação nos 92 municípios fluminenses.

Até esta sexta-feira, foram registrados 186.624 casos prováveis de dengue e 91 óbitos confirmados em todo o estado. A taxa de incidência está em 1.162 casos / 100 mil habitantes.

O principal indicador epide-

miológico para estabelecer o nível de alerta é o Excesso de Casos (EC), que permaneceu acima de dez vezes por três semanas consecutivas, embora tenha apresentado tendência de queda nos últimos sete dias. Os dados analisados se referem às semanas epidemiológicas (SE) 10 a 12, que correspondem ao período de 3 a 23 de março deste ano.

A SES-RJ mantém também o monitoramento diário de casos e ações, entre os quais capacitação de profissionais de saúde e técnicos de vigilância dos municípios; salas de hidratação em 11 unidades de pronto atendimento (UPAs) estaduais e centros de hidratação nas cidades, com envio de medicamentos e insumos.

Nota

PADRE É PRESO SOB ACUSAÇÃO DE ESTUPRO E IMPORTUNAÇÃO

O padre Alexandre Pacioli, de 55 anos, subordinado à Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi preso na quarta-feira passada, em Fortaleza, acusado pelo Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ) de praticar os crimes de estupro de vulnerável e importunação sexual contra uma mesma mulher, na cidade de Nova Friburgo. Segundo o MP-RJ, existem outras investigações em curso contra o padre, que já foi reitor da igreja da PUC-Rio e apresentador de programas da emissora de TV católica Canção Nova, inclusive um chamado Mulheres de Fé. A Arquidiocese do Rio de Janeiro informou ter afastado o padre de todas as funções e iniciado uma investigação sobre ele.

São Luiz Energética S.A.

CNPJ/MF nº 10.334.842/0001-33

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo		2023	2022	Passivo		2023	2022	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2023	2022
Circulante				Circulante				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
Caixa e equivalentes de caixa		25.612	16.011	Contas a pagar		15.280	17.513	Lucro líquido do exercício		(5.192)	1.950
Contas a receber		7.976	5.310	Empréstimos e financiamentos		14.647	14.041	Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Estoques		330	145	Impostos e contribuições a recolher		907	834	Depreciação de ativo imobilizado		23.792	13.878
Impostos a recuperar		313	322	Dividendos a pagar		455	455	Depreciação de arrendamento		137	128
Despesas antecipadas		319	350	Arrendamento		77	118	Juros sobre arrendamento		10	16
Outros		17	2	Outras contas a pagar		21	-	Juros sobre empréstimo		18.360	10.938
Total do ativo circulante		34.567	22.140	Total do passivo circulante		31.387	32.961	Contingências		(1)	1
Não circulante				Não circulante				Amortização despesa de contratação		(116)	(120)
Depósitos restituíveis e valores vinculados		11.367	11.629	Empréstimos e financiamentos		198.751	203.382	Encargos financeiros, líquidos		-	773
Imobilizado		400.468	424.060	Provisões para contingências		1	1	(Aumento) redução nos ativos operacionais		(2.666)	(5.310)
Arrendamento		58	163	Arrendamento		6	86	Contas a receber		(185)	(40)
Outros		74	19	Total do passivo não circulante		198.758	203.469	Estoques		9	(158)
Total do ativo não circulante		411.967	435.871	Patrimônio líquido		216.389	221.581	Despesa antecipada		31	(350)
Total do Ativo		446.534	458.011	Total do passivo e do patrimônio líquido		446.534	458.011	Outros		(70)	21
Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Reculta operacional líquida		2023	2022	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2023	2022	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		2023	2022
Custo de geração de energia		47.118	31.868	Outros resultados abrangentes		(5.192)	1.950	Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Lucro bruto (prejuízo)		(29.926)	(15.967)	Outros resultados abrangentes líquidos		-	-	Depósitos restituíveis e valores vinculados		262	6.944
Despesas operacionais		(5.008)	(2.636)	Total de resultados abrangentes do exercício		(5.192)	1.950	Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(200)	(61.176)
Gerais e administrativas		(4.991)	(2.622)	Imposto de renda e contribuição social		(2.786)	(1.549)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		62	(54.232)
Outras despesas operacionais		(17)	(14)	Corrente		(2.786)	(1.549)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		12.184	13.265	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(5.192)	1.950	Ingresso de empréstimos e financiamentos		-	35.782
Resultado financeiro				Total do passivo e do patrimônio líquido		446.534	458.011	Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(14.046)	(117.965)
Receitas financeiras		3.861	1.588	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
Despesas financeiras		(18.451)	(11.354)	Capital social		219.520	219.520	Pagamento de empréstimos e financiamentos – amortização		(8.223)	(9.637)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.406)	3.499	Reservas de lucros		-	111	Pagamento de arrendamento – principal		(163)	(127)
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Pagamento de dividendos		-	(43)
						Corrente		Pagamento de capital		-	131.680
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		(22.432)	39.690
						Corrente		Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		9.601	15.990
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		18.011	21
						Corrente		Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		25.612	16.011
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		9.601	15.990
						Corrente		Informações complementares:			
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Valores pagos de IR:		1.348	496
						Corrente		Valores pagos de CS:		860	288
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Adição de imobilizado sem efeito caixa		-	10.174
						Corrente		Carlos Gustavo Nogarí Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68			
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Flavio Martins Ribeiro – Diretor CPF: 035.898.606-00			
						Corrente		Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O			
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Hamilton Ferreira da Silva – Contador CRC ISP-217.225/O-5			
						Corrente		<i>As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.</i>			

Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.572/0001-16

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo		2023	2022	Passivo		2023	2022	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2023	2022
Circulante				Circulante				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
Caixa e equivalentes de caixa		5.900	1.468	Contas a pagar		763	1.511	Lucro líquido do exercício		17.796	13.880
Contas a receber		1.053	2.624	Empréstimos e financiamentos		8.081	8.030	Outros resultados abrangentes		-	-
Estoques		1.167	1.093	Impostos e contribuições a recolher		588	538	Outros resultados abrangentes líquidos		-	-
Impostos a recuperar		125	139	Dividendos a pagar		1.448	-	Total de resultados abrangentes do exercício		17.796	13.880
Despesas antecipadas		229	252	Arrendamento		-	141	Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Outras contas a receber		3	-	Outras contas a pagar		19	34	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2023	2022
Total do ativo circulante		8.477	5.576	Total do passivo circulante		10.899	10.254	Lucro líquido do exercício		17.796	13.881
Não circulante				Não circulante				Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		5.726	5.979	Empréstimos e financiamentos		34.628	42.133	Depreciação de ativo imobilizado		6.199	5.478
Imobilizado		162.236	167.527	Provisão para contingências		-	24	Extensão de outorga		-	-
Arrendamento		-	93	Total do passivo não circulante		34.628	42.157	Depreciação de arrendamento		201	168
Total do ativo não circulante		167.962	173.599	Patrimônio líquido		115.438	115.438	Juros sobre arrendamento		3	6
Total do Ativo		176.439	179.175	Capital social		115.438	115.438	Encargos financeiros, líquidos		4.317	4.846
						Reservas de lucros		Baixa de ativo imobilizado		552	11
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Provisão para contingências		(24)	24
						Corrente		(Aumento) redução nos ativos operacionais		1.571	1.570
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Contas a receber		(74)	(90)
						Corrente		Estoques		14	130
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Impostos a recuperar		23	(33)
						Corrente		Outros		(3)	-
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Aumento (redução) nos passivos operacionais		(748)	(1.887)
						Corrente		Contas a pagar		50	(87)
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Impostos e contribuições a recolher		-	-
						Corrente		Contas a pagar risco hidrológico		-	-
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Outras contas a pagar		(15)	2
						Corrente		Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		29.852	24.019
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Fluxo de caixa das atividades de investimento			
						Corrente		Depósitos restituíveis e valores vinculados		253	96
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(1.460)	(2.002)
						Corrente		Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.207)	(1.906)
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
						Corrente		Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(7.895)	(7.811)
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros		(3.877)	(4.468)
						Corrente		Pagamento de arrendamento		(252)	(167)
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Dividendos pagos		(12.199)	(12.501)
						Corrente		Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(24.223)	(24.947)
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Diminuição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		4.432	(2.834)
						Corrente		Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1.468	4.302
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		5.900	1.468
						Corrente		Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		4.432	(2.834)
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Informações complementares:			
						Corrente		Valores pagos de IR:		734	657
						Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Valores pagos de CS:		457	480
						Corrente		<i>As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.eler.com/transparencia/) e na sede da Companhia.</i>			

Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68									
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)									
Aplicações financeiras	3.352	3.352	6.568	6.568	útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em 2023, houve um aumento de constituição de provisão de perda esperada em decorrência de locatários que ficaram inadimplentes.	Controladora		Consolidado	
Instrumentos financeiros						2023	2022	2023	2022
derivativos	4.032	4.032	-	-	IRPJ a compensar	2.690	1.092	2.690	1.104
Contas a receber	15.486	15.486	11.916	11.916	CSLL a compensar	607	1.145	632	1.177
Total Ativo	224.293	224.293	122.401	122.401	Contribuições ao INSS retido na fonte	79	79	79	79
Passivo					ISS S/ receita antecipada patrocínio	5	25	12	62
Empréstimos e financiamentos	27.464	27.464	15.284	15.284	Contribuições sociais retidas na fonte	14	-	24	-
Fornecedores	4.610	4.610	4.019	4.019	IR retido na fonte	83	-	96	-
Total do passivo	32.074	32.074	19.303	19.303	IR s/ aplicação financeira	1.525	2.226	2.341	2.416
4 Investimentos: a) Movimentação dos investimentos: A Cia. possui 100% de participação societária na controlada PATUR. Não houve recebimento de dividendos antecipados em 2023 ou 2022.						405	405	405	405
			Controladora	Consolidado	INSS a compensar	-	-	50	48
			2023	2022		5.408	4.972	6.329	5.291
Em 1º de janeiro			21.129	5.437	Circulante	3.883	2.746	3.988	2.875
Dividendos recebidos da controlada			-	(782)	Não circulante	1.525	2.226	2.341	2.416
Resultado da Equivalência Patrimonial			22.331	16.471	A Cia. tem por rotina revisar os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente.				
Em 31 de dezembro			43.461	21.129	9 Adiantamento a Fornecedores				
b) Participação societária nos investimentos						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Controlada - PATUR			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
CCAPA			100%	100%	2.204	2.606	2.204	2.606	
Total Participação Acionária			100%	100%	883	491	883	491	
c) Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada.					3.087	3.097	3.087	3.097	
(i) Balanço patrimonial sintético					Em 2022, a Cia. iniciou as obras de construção da Tirolesa, e os adiantamentos efetuados aos fornecedores relacionados estão registrados nesse grupo de contas.				
Circulante						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Passivo			41.388	20.271	1.826	-	1.826	-	
Ativo circulante líquido			(1.977)	(2.700)	-	(2.523)	-	(2.523)	
Não circulante			39.411	17.571	1.826	(2.523)	1.826	(2.523)	
Ativo			3.644	3.760	A Cia. controla o seu imposto fiscal diferido, onduo de diferenças temporárias tributáveis, em consonância com o CPC 32. Em 2022, a Cia. apresentou imposto diferido passivo em decorrência, substancialmente, das diferenças de taxa fiscal x taxa contábil de depreciação dos ativos imobilizados. Efetuamos revisão das apurações e, tendo em vista o benefício do PERSE, segundo o qual a alíquota do IRPJ e a CSLL está reduzida a zero no ano-calendário de 2023, essa adição não representará saída de caixa para pagamento de IRPJ ou CSLL. Com base nesse entendimento, efetuamos a exclusão dessa diferença temporária na base de apuração, gerando uma reversão de diferido no montante de R\$ 3.475. A conciliação das despesas de IR e C.S. está apresentada na nota 27. A Cia. não possui ativos diferidos não registrados.				
Passivo			(52)	(202)	10 Impostos Diferidos				
Ativo não circulante líquido			3.592	3.558		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido			43.003	21.129	2023	2022	2023	2022	
(ii) Demonstração do resultado sintético					1.826	(2.523)	1.826	(2.523)	
Circulante					A Cia. controla o seu imposto fiscal diferido, onduo de diferenças temporárias tributáveis, em consonância com o CPC 32. Em 2022, a Cia. apresentou imposto diferido passivo em decorrência, substancialmente, das diferenças de taxa fiscal x taxa contábil de depreciação dos ativos imobilizados. Efetuamos revisão das apurações e, tendo em vista o benefício do PERSE, segundo o qual a alíquota do IRPJ e a CSLL está reduzida a zero no ano-calendário de 2023, essa adição não representará saída de caixa para pagamento de IRPJ ou CSLL. Com base nesse entendimento, efetuamos a exclusão dessa diferença temporária na base de apuração, gerando uma reversão de diferido no montante de R\$ 3.475. A conciliação das despesas de IR e C.S. está apresentada na nota 27. A Cia. não possui ativos diferidos não registrados.				
Receita operacional líquida			24.500	20.835	11 Aplicações Financeiras Restritas				
Lucro antes dos impostos			23.489	17.607		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IR e C.S.			(1.157)	(1.134)	2023	2022	2023	2022	
Lucro Líquido do Exercício			22.332	16.473	130	130	130	130	
(iii) Demonstração dos fluxos de caixa sintética					-	1.514	-	1.514	
PATUR					-	1.583	3.222	4.924	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais			21.674	16.250	130	3.227	3.352	6.568	
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			119	-	Previ (i)				
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			-	(748)	Título de Capitalização				
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			21.993	15.502	Banco do Brasil (ii)				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			17.665	2.162	Instrumentos de Renda Fixa - DI				
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			39.458	17.665	Banco Itaú (ii)				
5 Instrumentos financeiros por categoria					Instrumentos de Renda Fixa - DI				
Ativos financeiros						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos ao custo amortizado			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa			161.965	86.251	203	202	203	202	
Aplicações financeiras			130	3.227	161.965	86.251	201.423	103.917	
Contas a receber de clientes			14.029	9.631	130	3.227	3.352	6.568	
Outras contas a receber			43	111	14.029	9.631	15.486	11.916	
Derivativos			4.032	3.758	43	111	51	111	
Ao valor justo			180.199	102.978	4.032	3.758	4.032	3.758	
			180.199	102.978	180.199	102.978	224.344	126.270	
Passivos financeiros						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivos ao custo amortizado			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Fornecedores			4.368	3.993	4.368	3.993	4.610	4.019	
Empréstimos			27.464	15.284	27.464	15.284	15.284	15.284	
Debêntures			85.653	96.711	85.653	96.711	85.653	96.711	
Outras contas a pagar			1.447	2.380	1.447	2.380	1.939	3.655	
Passivos de arrendamento			273	1.928	273	1.928	273	1.928	
			119.205	120.296	119.205	120.296	119.939	121.597	
6 Caixa e equivalentes de caixa						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e bancos			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Aplicações Financeiras			368	170	368	170	529	175	
			161.597	86.081	161.597	86.081	200.894	103.742	
			161.965	86.251	161.965	86.251	201.423	103.917	
As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo risco e com liquidez diária, todas no segmento de renda fixa, em bancos de primeira linha, e remuneradas a taxas de mercado (98% CDI).						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Banco Santander			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Instrumentos de Renda Fixa - DI			747	671	747	671	2.318		
Banco Itaú									
Instrumentos de Renda Fixa - DI			100.798	32.682	140.095	48.696			
Banco do Brasil									
Instrumentos de Renda Fixa - DI			60.052	52.728	60.052	52.728			
			161.597	86.081	200.894	103.742			
7 Contas a receber						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Clientes			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Administradoras de cartão de crédito			4.558	4.092	7.571	7.623			
Perdas Estimadas			(987)	(725)	(2.544)	(1.973)			
			14.029	9.631	15.486	11.916			
O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
A vencer			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Vencidos: Até 30 dias			13.864	9.418	14.116	10.314			
Entre 31 e 60 dias			63	111	225	129			
Entre 61 e 180 dias			6	10	42	116			
Acima de 181 dias			14	33	14	486			
Total (desconsiderando perdas estimadas)			15.016	10.356	18.030	13.889			
Para as contas a receber de clientes, a Cia. aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida correta classificação.						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Móveis e utensílios			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Máquinas e Equipamentos			2.356	1.452	160				
Instalações			1.452	160	1.613	100	36.932	1.378	
Veículos			25	-	1.230	-	43	-	
Equipamentos Informática			-	-	(63)	-	-	-	
Equipamentos Teleférico			-	-	47	1.250	1.043	(30)	
Benfeitorias			-	-	(656)	(72)	(1.141)	(30)	
Edificações			-	-	2.171	1.279	36.876	1.348	
Terrenos			-	-	6.617	12.469	57.450	2.123	
Imobilizações em andamento			-	-	(4.446)	(11.190)	(20.574)	(775)	
Esculturas			-	-	2.171	1.279	36.876	1.348	
Total			4.826	63	74.171	396	188	396	
			4.826	63	74.171	396	188	396	
			24.494	48	26.794	-	-	(5.482)	
			(8)	(13)	(63)	-	-	(85)	
			1.133	1.121	2.402	47	1.250	1.043	
			(199)	(2.967)	(355)	(65)	(656)	(72)	
			1.864	22.200	3.524	96	2.171	1.279	
			3466	46.455	10.097	385	6.617	12.469	
			(1.602)	(24.255)	(6.573)	(290)	(4.446)	(11.190)	
			1.864	22.200	3.524	96	2.171	1.279	
			1.864	22.200	3.524	96	2.171	1.279	
			526	1.288	-	343	20	-	
			(140)	(160)	-	(56)	(1)	-	
			(56)	3.594	471	0	169	214	
			(1.115)	(2.506)	(594)	(64)	(736)	(253)	
			1.078	24.417	3.401	32	1.892	1.258	
			3.691	50.747	10.568	386	6.545	12.701	
			(2.613)	(26.330)	(7.167)	(354)	(4.653)	(11.443)	
			1.078	24.417	3.401	32	1.892	1.258	
			671	23.706	1.452	160	1.613	100	
			455	499	25	-	1.230	-	
			(8)	(13)	-	-	(63)	-	
			1.133	1.121	2.402	47	1.250	1.043	
			(229)	(3.051)	(355)	(65)	(656)	(72)	
			2.022	22.263	3.524	96	2.171	1.279	
			4.420	48.156	10.173	385	6.605	12.469	
			(2.398)	(25.893)	(6.649)	(290)	(4.635)	(11.190)	
			2.022	22.263	3.524	96	2.171	1.279	
			2.022	22.263	3.524	96	2.171	1.279	
			526	1.288	-	343	20	-	
			(193)	(173)	-	(56)	(1)	-	
			(43)	3.772	471	0	171	214	
			(1.136)	(2.580)	(594)	(64)	(736)	(253)	
			1.175	24.570	3.401	32	1.892	1.258	
			4.584	52.538	10.568	386	6.677	12.701	
			(3.409)	(27.967)	(7.167)	(354)	(4.785)	(11.443)	
			1.175	24.571	3.401	32	1.892	1.258	
b) Consolidado						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º/01/22			2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Adições			455	499	25	-	1.230	-	
Baixas			(8)	(13)	-	-	(63)	-	
Transferências									



Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Apucar Empreendimentos Turístico Ltda. como consagrada. **30. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **30.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. **a) Controladas:** Controlada é a entidade na qual a Cia. detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Cia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Cia. deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **b) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **30.2 Conversão de moeda estrangeira:** **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia. e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **30.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **30.4 Ativos financeiros:** **30.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado; Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. Em 31/12/23 e 2022, o Grupo não possuía nenhum ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. **30.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **30.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/perdas e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem. **30.4.4 Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **30.4.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **30.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **30.6 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **30.7 Arrendamentos:** A Cia. aluga câmeras para monitoramento e gestão de segurança palmo-

nial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos; e • quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **(i) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **30.8 Ativos Intangíveis:** **a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada. As marcas não são amortizadas. **b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **30.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituíveis é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. **Ativos:** Edificações: 25-40; Máquinas e equipamentos: 10-20; Veículos: 3-5; Móveis e utensílios: 5-20. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. **30.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **30.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **30.12 Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **30.13 IR e C.S. corrente e diferido:** As despesas de IR e C.S. do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IR e C.S. corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a C.S. corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O IR e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. Entretanto, o IR e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O IR e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **30.14 Capital social:** As ações ordinárias e as preferências são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **30.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **a) Receita serviços prestados:** A receita da Cia. é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas DFs ora apresentadas. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **30.16 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas DFs e notas foram arredondados com a aproximação de MR5, salvo indicação contrária. **30.17 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida. No Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas DFs, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º/01/23, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das DFs compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º/01/24. **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente a venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/24. **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: a) Os termos e condições dos acordos SFAs. b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das DFs associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de dados de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/24. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as DFs do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as DFs do Grupo.

Sandro Roberto Fernandes - Diretor Presidente; Sergio Luiz Gonçalves Andreoli - Diretor Financeiro; Ariani Rocha Vale - CRC SP - 291274/O-1 CPF: 338.145-938-47

Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas: Aos Administradores e Acionistas Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar: **Opinião:** Examinamos as DFs individuais da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/23 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/23 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. e da Cia. e sua controlada em 31/12/23, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento de receita (Notas 22 e 30.15) A principal fonte de receita do Consolidado advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Cia. e da sua controlada para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos das sua controlada. Em base amostral, verificamos os tickets emitidos ao longo do exercício, respectivamente emissões de notas fiscais e liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2023 e início de 2024 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às DFs. Os resultados desses procedimentos nos proporcionam evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o reconhecimento dessas receitas no contexto das DFs individuais e consolidadas.</p>

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/23, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia. e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as DFs e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e sua controlada. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e sua controlada, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 28/03/24. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - 2SP000160/F-5; Caren Henriete Macchini - Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

MIAMI

Apex ouvirá servidores sobre 'plano golpista' do pai de Cid

KARINA FERREIRA/AE

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) vai ouvir três funcionários do escritório de Miami, nos Estados Unidos, para prestarem esclarecimentos sobre possíveis desvios de conduta praticados pelo general da reserva Mauro Lourena Cid, chefe do local no governo de Jair Bolsonaro (PL).

As oitivas serão realizadas na próxima semana na sede da agência, em Brasília, por uma comissão interna instaurada para apurar as suspeitas sobre Cid,

pai do tenente-coronel Mauro Cid, o ex-ajudante de ordens da Presidência.

O site UOL publicou na terça-feira passada, que o então chefe do escritório em Miami teria usado a estrutura da agência para apoiar articulações golpistas e participar de acampamento no Quartel-General do Exército contra a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no final de 2022.

A ApexBrasil confirmou ao Estadão o nome dos três funcionários: Michael Rinelli e Paola Bueno, que ocupam cargos de analistas, e Fernando Spohr, atual chefe do escritório em

Miami. Eles serão os primeiros ouvidos pela comissão de apuração, que ainda deve ouvir mais funcionários sobre a suposta atuação golpista de Lourena Cid.

Ainda não há definição sobre o que será feito com o resultado da apuração interna, podendo provocar o afastamento dos funcionários a depender da gravidade do que for apurado.

Segundo a reportagem do UOL, Cid teria voltado a Miami para apagar informações de equipamentos eletrônicos da Apex mesmo após deixar o cargo. Após a publicação da

notícia, a agência divulgou uma nota oficial, informando que Jorge Viana, atual diretor, tomou conhecimento de possíveis desvios de conduta na gestão do general Lourena Cid em março e que, em reunião com a diretoria executiva, "decidiu determinar rigorosa apuração interna sobre as informações".

"A ApexBrasil aguarda o resultado desse procedimento para tomar as providências que se fizerem necessárias. Da mesma forma, espera também as conclusões das investigações em curso conduzidas pela Polícia Federal", diz a nota.

STF

Moraes vota contra poder moderador das Forças Armadas: 'golpismo'

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes votou nesta sexta-feira, contra a interpretação de que as Forças Armadas podem intervir sobre os Três Poderes da República, a partir de preceitos da Constituição Federal. Segundo Moraes, o entendimento é uma "pífia, absurda e antidemocrática interpretação golpista". O placar na Corte está em 9 a 0 contra tese do poder moderador.

O ministro também afirmou que o presidente da República que convocar as Forças Armadas para intervir nos outros Poderes estará cometendo crime de responsabilidade, e a cassação do

mandato deve ser julgada pelo Congresso. "A gravidade maior do estado de sítio exige, em regra, prévio controle político a ser realizado pelo Congresso Nacional, ou seja, prévio controle do poder Legislativo civil", disse.

Moraes é relator no STF de inquérito da Polícia Federal (PF) que investiga se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) planejou um golpe de Estado com oficiais de alta patente. Segundo o relatório da Operação Tempus Veritatis da PF, deflagrada em fevereiro, os militares iam prender o magistrado e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ser assinado por Bolsonaro.

"Nunca houve a previsão das Forças Armadas como um dos Poderes de Estado, ou mais grave ainda - como se pretendeu em pífia, absurda e antidemocrática 'interpretação golpista' - nunca houve a previsão das Forças Armadas como poder moderador, acima dos demais Poderes de Estado", afirmou Moraes em seu voto.

A ação julgada pelo STF foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. A legenda questionou o Supremo sobre interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das Forças Armadas. Bolsonaroistas frequentemente utilizam o trecho para defender uma intervenção mili-

tar "dentro da legalidade".

Moraes repetiu por sete vezes em seu voto que o poder civil exerce soberania sobre as autoridades militares. O ministro do STF lembrou que, em casos de estado de sítio e GLO, as Forças Armadas estarão sempre submetidas "à vigilância das autoridades constitucionais", representadas pelo Legislativo e pelo Judiciário.

PLACAR DE 9 A 0

Ainda restam os votos dos ministros Kassio Nunes Marques, indicado por Bolsonaro em 2020, e do ministro Dias Toffoli, indicado por Lula em 2009. Eles têm até esta segunda-feira, para registrar os seus votos.

'É delírio antijurídico', diz Cármen Lúcia sobre poder moderador das forças Armadas

KARINA FERREIRA/AE

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia votou nesta sexta-feira, contra o entendimento de que há previsão na Constituição para intervenção das Forças Armadas sobre os Três Poderes da República. A magistrada qualificou as possíveis interpretações da lei que permitissem aos militares atuarem como "poder moderador" como "delírio antijurídico ou desvario antidemocrático".

"Qualquer referência à interpretação de norma legal que confronte os termos expressos dos artigos 1º e 2º da Constitui-

ção do Brasil é delírio antijurídico ou desvario antidemocrático, não é interpretação constitucional. Nem mesmo os poderes constitucionais - Legislativo, Executivo e Judiciário - estão acima nem podem atuar contra a Constituição."

Em seu entendimento, as Forças Armadas são uma instituição "permanente e regular" e qualquer atuação fora da regularidade constitucional democrática é ilícita.

Em seu voto, a ministra afirmou que em nenhuma Constituição brasileira as Forças Armadas receberam a condição de Poder, nem mesmo moderador,

e que a leitura da história deve ser feita "de todo o enredo, não de uma página".

Cármen destaca que, no sistema constitucional democrático em vigor, não há "sequer referência" que permita que as Forças Armadas atuem de forma excedente ou autônoma em relação aos Três Poderes, sublinhando que elas "são forças, não poderes". "Golpear a Constituição desbordando do que nela definido para sua atuação é inconstitucional, ilegítimo, antidemocrático e inválido".

A ministra diz ainda que, mesmo a separação dos poderes segundo o próprio do sistema cons-

titucional democrático e com o "poder moderador" ter sido extingido já no Império, a democracia brasileira "não tem sossego".

Cármen ainda acrescenta que a autorização para que as Forças Armadas atuem na garantia da lei e da ordem - além dos casos de intervenção federal, de estados de defesa e de estado de sítio - só pode existir em casos excepcionais de "grave e específica violação à segurança pública interna". No entanto, ela deve ser formalmente justificada, e somente ser dada após todos os instrumentos ordinários de preservação da ordem pública serem esgotados.

que, em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a legislação, conferindo exclusivamente à OAB a competência de discutir infração ética da advocacia.

Além da multa ao advogado, Moraes negou o pedido de progressão de pena de Silveira, condenado, em abril de 2022, a oito anos e nove meses de prisão por ataques ao Estado Democrático de Direito. Em petição à Corte, o advogado havia alegado que 16% da pena já foi cumprida, baseando-se na carga horária que o sentenciado dedicou aos estudos e trabalho.

O ministro, no entanto, indeferiu o pedido e apenas homologou a remição da carga horária, que equivale a 140 dias da pena de Silveira. A decisão foi fundamentada no inciso III do artigo 112 da Lei de Execuções Penais, que estabelece que a transferência para regime menos rigoroso vai ocorrer quando o preso tiver cumprido 25% da pena.

DOENÇAS

É gripe, bronquiolite ou Covid? Entenda as diferenças entre vírus

LARA CASTELO/AE

Embora os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) tenham diminuído no País, segundo boletim do InfoGripe divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na quinta-feira passada, com queda puxada pela redução de casos de Covid-19 e rinovírus, o documento aponta crescimento no número de casos de vírus sincicial respiratório (VSR), o principal causador da bronquiolite, e influenza (gripe) em diversas regiões do País.

A diminuição de casos de Covid-19 e rinovírus foi mais acentuada nos Estados do Centro-Sul do País. Os Estados do Norte e Nordeste também tiveram interrupção ou diminuição do aumento de registros. Em contrapartida, de acordo com o boletim, houve aumento nos casos de VSR e influenza em diversas regiões do País - mas de forma menos significativa.

Além de serem altamente contagiosos a partir do contato com secreções respiratórias, esses vírus costumam apresentar sintomas semelhantes como tosse, coriza e dor no corpo. Pensando nisso e no fato de eles estarem circulando simultaneamente no País, o Estadão falou com especialistas e elencou algumas características particulares de alguns deles para ajudar na sua identificação. Vale destacar, entretanto, que, para um diagnóstico seguro, é preciso buscar um médico. Confira:

INFLUENZA

De acordo com a infectopediatra Flávia Jacqueline Almeida, da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), a gripe, causada pelo vírus da influenza, costuma ser mais sintomática e intensa que os outros vírus respiratórios. "Por exemplo, de um dia para o outro, o paciente começa a sentir muita dor no corpo e ter febre alta", descreve.

CORONAVÍRUS

Segundo a infectopediatra, o coronavírus SARS-CoV-2, que causa a covid-19, costuma provocar sintomas típicos de

um resfriado comum, como tosse, coriza e febre.

A perda de olfato e paladar, peculiaridades muito associadas à covid-19 no início da pandemia, hoje não são mais tão comuns, segundo Flávia. "Isso acontece porque a ômicron, principal variante em circulação atualmente, não provoca tanto esses sintomas quando a variante inicial, conhecida como de Wuhan (província chinesa onde o vírus foi identificado pela primeira vez)", pontua.

Além disso, de acordo com o infectopediatra Marcelo Otsuka, da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), diferente da influenza, o coronavírus costuma ter um quadro evolutivo mais lento e se tornar mais grave apenas depois da primeira semana de infecção.

VSR

Vírus sincicial respiratório (VSR), que se manifesta principalmente em crianças pequenas e pode provocar falta de ar, sendo o principal causador de infecções respiratórias agudas em crianças até dois anos, de acordo com Flávia. "O VSR chega com facilidade no pulmão das crianças menores, provocando quadros de bronquiolite e pneumonia graves. Muitas vezes, ele se manifesta pela dificuldade na respiração", descreve.

Justamente pela sua gravidades nos pequenos, Otsuka destaca a importância da vacinação contra o VSR em gestantes, recentemente aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Através dos anticorpos da mãe, esse bebê já nasce mais protegido", justifica.

RINOVÍRUS

De acordo Flávia, esse vírus normalmente se manifesta como um resfriado típico, sem grandes peculiaridades. "São os sintomas clássicos como: tosse, dor de garganta e coriza. Dificilmente, contudo, ele dá febre e dor no corpo", destaca.

Otsuka pontua, porém, que, nas crianças pequenas, o rinovírus também pode provocar bronquiolite - mas com bem menos frequência que o VSR.

POLÍCIA

Comissão vota criação de regras para uso de drones

RAFAELA FERREIRA/AE

A Comissão de Segurança Pública do Senado vai analisar na terça-feira, projeto que estabelece um marco para o uso de drones por órgãos de segurança pública. A proposta cria regras para os veículos aéreos não tripulados e as aeronaves remotamente pilotadas e proíbe armas acopladas e a automação total dos equipamentos.

Segundo autor do projeto, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (foto) diversas polícias no Brasil já utilizam o equipamento nas investigações e no policiamento ostensivo, mas ainda não há uma lei que regule o emprego de drones.

O texto lista 15 situações onde o uso do equipamento poderá ser utilizado, caso aprovação do projeto. São elas: apuração de infrações penais; prevenção e repressão do tráfico de drogas ou de armas de fogo; uso pela polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; policiamento e patrulhamento ostensivo; planejamento e execução de operações policiais; cumprimento de mandados de busca e apreensão ou de prisão; perseguição policial; monitoramento ou vigilância de

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



alvos e perícia.

A proposta ainda garante indenização por dano moral ou material para as pessoas que tiverem sua intimidade, privacidade ou imagem ferida pelo uso dos drones pelos órgãos de segurança pública. "O artigo estabelece sigilo para as imagens produzidas e prevê o crime de quebra de sigilo para quem as divulgar indevidamente", diz o texto.

Caso o projeto seja aprovado, os órgãos de segurança pública seguirão eventuais normas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

DANIEL SILVEIRA

OAB vai contestar Moraes por aplicar multa a advogado

RAFAELA FERREIRA/AE

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) informou, nesta sexta-feira, que vai enviar uma contestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre decisão do ministro Alexandre de Moraes de aplicar uma multa de R\$ 2 mil ao advogado Paulo Faria, que atua na defesa do ex-deputado Daniel Silveira. Segundo presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, cabe apenas ao órgão da categoria profissional a responsabilidade de punir estes profissionais.

"Assim como o CNMP é responsável por punir os membros

do Ministério Público e o CNJ é responsável por punir os juízes, cabe à OAB a responsabilidade de punir um advogado. Nesse tipo de caso, o procedimento adequado é enviar um ofício à Ordem para que ela avalie e, se necessário, tome medidas disciplinares em relação à conduta do profissional. Mas isso não compete ao magistrado", disse Simonetti.

Na decisão, Moraes alegou que o profissional repetiu em recursos pedidos que já haviam sido negados anteriormente. O ministro ainda justificou a aplicação da multa "em razão da litigância de má-fé" e alegou que

decisão é admitida "pacificamente" pela jurisprudência da Corte. Já em nota divulgada nesta quinta-feira, 4, Faria, afirmou que a multa foi aplicada "sob falsas acusações de má-fé" e que exige "o mínimo de respeito ao seu trabalho técnico, pois está no exercício pleno de suas funções constitucionais."

O procurador nacional de Defesa de Prerrogativas, Alex Sarkis, explicou que os precedentes citados pelo ministro para justificar a multa à Farias são anteriores a uma lei que eliminou a multa anteriormente prevista no artigo 265 do Código de Processo Penal. Ele lembrou



COMPRA DE ÓLEO

Vereador é eleito para substituir prefeito cassado em Birigui

LETYCIA BOND/ABRASIL

O vereador André Fermينو vai assumir a prefeitura de Birigui, no noroeste de São Paulo, após a cassação do mandato de Leandro Maffei, do Republicanos, na quinta-feira passada pela Câmara Municipal. Fermينو, do PP, foi eleito pela Câmara, na manhã desta sexta-feira, por 15 votos, ou seja, por unanimidade.

A punição foi aplicada a Maffei depois de a Casa aprovar relatório de uma comissão parlamentar que identificou ilegalidades no âmbito do programa Link Card, destinado à compra de óleo lubrificante para a frota de veículos do município.

Com o afastamento de Maffei, o vereador José Luis Buchalla (DC), na condição de presidente do Poder Legislativo, deveria assumir o comando do Poder Executivo. Contudo, Buchalla renunciou à presidência da Câmara Municipal, afirmando que teria que lidar com "uma terra arrasada por ingerências e egos" e que seria injustamente responsabilizado por atos com os quais não têm relação, mas pelos quais teria que responder.

Na nova configuração da Câmara, como previsto nas regras em vigor, o vereador Wesley Ricardo Coalhato, mais conhecido como Cabo Wesley (União Brasil), que ocupava a vice-presidência da Casa, assumiu a presidência. Ainda na sessão de hoje, Buchalla foi eleito por unanimidade vice-presidente da Câmara. A nova composição vale até o final deste ano.

As mudanças no Legislativo municipal devem-se também à vacância no cargo de vice-prefeito, com a morte de Carlão Gallindo (PSD), que morreu, aos 52 anos, por complicações de covid-19, em junho de 2021.

ACUSAÇÕES A MAFFEIS

A comissão parlamentar designada a apurar o caso apresentou na quinta-feira passada o parecer final, na segunda sessão extraordinária realizada este ano pela Casa. A votação acabou com 13 votos a favor do relatório, um contra e uma abstenção.

A investigação foi aberta a pedido de moradores de Birigui, que tomaram como referência o Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) nº 1 de 2022 para denunciar o que entenderam como má gestão de recursos públicos, atribuída à Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

O julgamento, que deveria ter sido concluído em 2023, foi suspenso por uma liminar, e foi retomado após determinação da Justiça de São Paulo, por decisão do desembargador Paulo Cícero Augusto Pereira.

O prefeito cassado é filiado ao Republicanos, mesmo partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Em seu perfil no Facebook, Maffei destaca como lema "Deus, Pátria e Família". Outra figura conhecida do partido é a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e atual senadora pelo Distrito Federal Damares Alves.

UCRÂNIA/RÚSSIA

Brasil não apoia comissão da ONU sobre crimes de guerra

O governo brasileiro se absteve numa votação no Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas e deixou de apoiar um pedido de extensão do prazo de trabalho da comissão de inquérito sobre crimes de guerra na Ucrânia. A comissão havia sido criada em março de 2022, com voto favorável do Brasil, após a invasão do território ucraniano por tropas russas.

O Brasil foi um dos 17 países que se absteram na votação, realizada na quinta-feira passada, em Genebra, na Suíça. A resolução, no entanto, foi aprovada por 27 votos a favor e 3 contra.

Com isso o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia foi renovado por um novo período de um ano. Em abril de 2023, a comissão de inquérito havia sido postergada por 12 meses - ela seria encerrada caso não recebesse a nova extensão do mandato agora. No ano passado, o Brasil não era parte do conselho e portanto não participou da votação.

Durante a votação nesta quinta-feira, o embaixador Tovar da Silva Nunes, representante per-

manente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, afirmou que os termos da resolução aprovada poderiam impedir o diálogo entre os dois lados na guerra.

Tovar Nunes ponderou que o País manifesta "profunda preocupação" com a situação na Ucrânia, "particularmente com as alegadas violações envolvendo crianças deslocadas e deportadas, ataques a civis e crescentes números de mortes".

"No entanto, permanecemos descontentes com o texto diante de nós a resolução é desequilibrada e coloca o fardo das violações dos direitos humanos apenas em um lado do conflito, não deixando espaço suficiente para o diálogo que poderia criar condições para prevenir violações de direitos humanos e construir uma paz duradoura na região", afirmou o chefe da missão brasileira em Genebra.

"Desde a sua criação em 2002, o Brasil argumentou que a comissão de inquérito não parecia ser o mecanismo adequado para revisar os fatos no terreno. No momento de sua concepção, referências a processos judiciais futuros antecipavam o resultado das in-

vestigações propostas. À luz desses fatos, o Brasil vai se abster nesta resolução."

O embaixador também questionou menções no texto da resolução aprovada a iniciativas jurídicas contra a Rússia, no TPI e na Corte Internacional de Justiça (CIJ), dizendo que poderiam ser "prejudiciais".

A diplomacia de Kiev rebateu o argumento brasileiro de que o conteúdo da proposta fosse tendencioso ou impedisse o diálogo. A representante da Ucrânia disse que o único pedido era que o conselho mantivesse o monitoramento das "atrocidades cometidas pela agressão russa" e que o mecanismo internacional independente verificasse a dor enfrentada diariamente pelo povo ucraniano.

Na mesma resolução aprovada, o CDH da ONU cobrou que o governo Vladimir Putin pare imediatamente violações de direito humanos e abusos contra a lei humanitária internacional na Ucrânia. Exigiu também a retirada rápida, do território ucraniano, das tropas militares invasoras e de grupos mercenários aliados de Moscou. E cobrou que o governo Putin não recrute ilegalmente re-

sidentes do território invadido pelas suas Forças Armadas.

O CDH disse ainda que a Rússia deve parar a deportação forçada e ilegal de civis do território ucraniano. Putin é alvo de um mandato de prisão em aberto, expedido pelo Tribunal Penal Internacional, acusado de transferência forçada de crianças, um crime de guerra.

Em uma discussão paralela, na Comissão de Direito Internacional da ONU, o Brasil se posicionou a favor da imunidade de autoridades governamentais e contra o alcance de ordens de prisão do TPI a países - e a seus representantes - que não integrem o estatuto fundador da corte, como é o caso da Rússia desde 2016. O Itamaraty, no entanto, argumentou que o debate é genérico e não teria implicação no caso da vinda de Putin ao Rio, para o G20.

O governo brasileiro tem objetado tentativas de países aliados da Ucrânia e adversários de Moscou, entre eles os EUA e membros do G-7, de excluir Putin da arena internacional. O Brasil também se opôs a sanções e, em mão contrária, ampliou o comércio com os russos, que atingiu US\$ 11 bilhões no ano passado.

PRESSÃO DOS EUA

Israel demite oficiais após morte de trabalhadores humanitários

As Forças de Defesa de Israel (FDI) afirmaram nesta sexta-feira, que demitiram dois oficiais e repreenderam outros três por seus papéis nos ataques de drones em Gaza que mataram sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchen (WCK) em uma missão de entrega de alimentos, dizendo que eles haviam ignorado informações críticas e violado as regras de engajamento do Exército.

As conclusões da investigação de um general reformado sobre as mortes que ocorreram na terça-feira passada, ressaltam um raro pedido de desculpas de Israel, que está sendo pressionado por aliados como os EUA por não fazer o suficiente para proteger os civis em Gaza em meio a guerra com o grupo terrorista Hamas.

O Exército apontou que os resultados da sua investigação foram entregues ao advogado-geral dos militares, que decidirá se os oficiais ou qualquer outra pessoa envolvida nas mortes devem receber mais punições ou ser processados. Um dos demitidos era major e o outro coronel. O oficial mais sênior era chefe do Comando Sul de Israel.

É provável que as conclusões renovem o ceticismo sobre a tomada de decisões dos militares is-

raelenses. Grupos de ajuda humanitária e organizações de direitos humanos acusam as forças israelenses de disparos imprudentes contra civis durante o conflito, uma acusação que Israel nega.

"É uma tragédia", disse o porta-voz das FDI, o contra-almirante Daniel Hagari, aos repórteres. "É um evento sério pelo qual somos responsáveis e não deveria ter acontecido e vamos garantir que não aconteça novamente."

INVESTIGAÇÃO

As Forças de Defesa de Israel divulgaram nesta sexta-feira os resultados de sua investigação sobre o ataque, apontando que a decisão de realizar um bombardeio aéreo nos carros dos trabalhadores humanitários foi "executada em grave violação" dos procedimentos das FDI. O Exército israelense também afirmou que considera o ocorrido um "erro grave decorrente de uma falha grave devido a uma identificação errada" de que os veículos transportavam terroristas do Hamas.

Várias regras processuais foram quebradas, disse a IDF. Os operadores do drone que estava rastreando o comboio não foram informados do trajeto dos trabalhadores humanitários.

As FDI não sabiam que esta-

vam atacando os trabalhadores da WCK e estavam convencidas de que tinham como alvo terroristas do Hamas, disse Yoav Har-Even, chefe do mecanismo de apuração e avaliação das FDI.

Embora os veículos da World Central Kitchen estejam marcados com o logotipo e o nome da organização em seus tetos, esse logotipo não era visível para as câmeras que rastream o veículo à noite, disse Har-Even - um fator chave na falha, acrescentou.

As forças israelenses identificaram um homem armado em um dos carros de ajuda durante uma operação para transferir ajuda humanitária do WCK para a Faixa de Gaza e depois identificaram um homem armado adicional, disse o comunicado de sexta-feira.

"Depois que os veículos saíram do armazém onde a ajuda foi descarregada, um dos comandantes presumiu erroneamente que os homens armados estavam localizados dentro dos veículos que os acompanhavam e que eram terroristas do Hamas. As forças não identificaram os veículos em questão como associados à WCK."

Esta decisão de atacar o primeiro veículo foi o resultado da classificação incorreta de um passageiro pela operadora de veículo

aéreo não tripulado, disse Har-Even. O operador do drone continuou a atirar nos carros, um após o outro, quando viu pessoas correndo do primeiro carro que foi atingido.

As FDI apontaram que três regras processuais foram violadas: O plano oficial de coordenação não foi comunicado para todos os oficiais envolvidos na logística da operação, os alvos do ataque aéreo foram confirmados apenas pela visão de um homem armado, o que foi considerado um padrão insuficiente; e o bombardeio continuou de um carro para outro depois que o operador viu pessoas correndo do primeiro carro após o tiro.

A WCK enfatizou que seu comboio estava em coordenação com oficiais militares israelenses e tinha autorização para percorrer a rota. Na quinta-feira, 4, apelou a uma "investigação independente e de terceiros sobre estes ataques, incluindo se foram realizados intencionalmente ou violaram o direito internacional", acrescentando que tal inquérito era "a única forma de determinar a verdade do que aconteceu, garantir a transparência e a responsabilização dos responsáveis e evitar futuros ataques aos trabalhadores humanitários."

MEDICINA

USP terá de matricular aluno barrado em cota

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Universidade de São Paulo (USP) tem prazo de 72 horas para restabelecer a matrícula de estudante que foi barrado de ingressar no curso de medicina por meio de cota racial após decisão judicial.

Alison dos Santos Rodrigues, de 18 anos, concorreu a uma vaga no Provão Paulista para alunos egressos do ensino público e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Ele se declarou pardo, mas a Comissão de Heteroidentificação da universidade considerou que ele não se enquadrava e negou a matrícula. O aluno recorreu à Justiça.

De acordo com o juiz Danilo Martini De Moraes Ponciano De Paula, da 2ª Vara do Foro de Cerqueira César, caso a USP não cumpra a determinação estará sujeita a multa de R\$ 500 por dia

de atraso, limitada ao teto de R\$ 20 mil.

A mesma situação ocorreu com o candidato Glauco Dalalio do Livramento, que passou para uma vaga na Faculdade de Direito. No mês passado, o juiz Radolfo Ferraz de Campos, da 14ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, concedeu liminar determinando o restabelecimento da matrícula na instituição. O magistrado entendeu que a avaliação feita pela comissão "ofendeu a isonomia", pois foi realizada por meio de fotografia e de conversa com o estudante por videochamada pela internet.

Em nota, a Universidade de São Paulo diz que cumprirá "quaisquer ordens judiciais e que apresentará em juízo todas as informações que explicam e fundamentam o procedimento de heteroidentificação".

CANDIDATOS

Nunes e Tarcísio exoneraram secretários

JULIANO GALISI/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), exoneraram nesta sexta-feira, ocupantes de cargos de chefia, como secretários e diretores, que pretendem concorrer a algum cargo nas eleições de 2024. As saídas ocorrem no último dia do prazo legal para a filiação partidária de quem pretende ser candidato.

No primeiro escalão da capital paulista, cinco mudanças publicadas na edição do Diário Oficial desta sexta tem relação com a eleição, conforme adiantou o Estadão nesta semana. Os secretários Carlos Bezerra Júnior, de

Assistência Social, Aline Torres, de Cultura, e Elza Paulina, de Segurança Urbana, foram exonerados para tentar concorrer a uma cadeira na Câmara Municipal paulistana. Carlos Fernandes, secretário-executivo de Segurança Alimentar, Nutricional e Abastecimento, um dos braços da pasta de Direitos Humanos, também deixou o cargo.

Quanto aos diretores de autarquias públicas, foi publicada a exoneração de Cezar Azevedo, presidente da SP Urbanismo, que quer concorrer a vereador na capital. Também se espera que Alexandre Pereira, diretor-geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, deixe o posto.

NOVA YORK

Terremoto de magnitude 4,8 atinge região metropolitana

Um terremoto abalou a densamente povoada área metropolitana da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, na manhã desta sexta-feira, segundo o Serviço Geológico dos EUA, com moradores relatando que sentiram estrondos na região. De acordo com o serviço, o terremoto pode ter sido sentido por 42 milhões de pessoas.

A agência relatou um terremoto com magnitude preliminar de 4,8, perto da cidade de Líbano, em New Jersey. O Corpo de Bombeiros de Nova York afirmou que não houve relatos iniciais de danos. O prefeito de No-

va York, Eric Adams, foi informado sobre o terremoto, segundo seu porta-voz, Fabien Levy. "Embora não tenhamos nenhum relatório de grandes impactos neste momento, ainda estamos avaliando o impacto".

As escolas públicas da cidade de Nova York não relataram sinais imediatos de danos ou edifícios comprometidos, segundo Nathaniel Styer, um porta-voz. "O lugar mais seguro para os nossos filhos neste momento é nas nossas escolas, as escolas estão funcionando normalmente." O sistema de notificação de emergência da cidade de Nova

York afirmou em uma postagem nas redes sociais, mais de 30 minutos após o terremoto, que não havia relatos de danos ou feridos na cidade.

O porta-voz também pediu para que os nova-iorquinos se prepararem para um tremor secundário, postando nas redes sociais: "Em caso de tremor secundário, caia no chão, cubra a cabeça e o pescoço e proteja-se adicionalmente sob uma peça sólida de mobília, próximo a uma parede interna ou em uma porta".

Embora os terremotos em Nova York sejam uma surpresa,

os especialistas sabem que o solo nem sempre é estável. Um estudo de 2008 descobriu que um terremoto de magnitude 5 ocorria na área aproximadamente uma vez por século. Uma magnitude ainda maior, 7, é estimada uma vez a cada 3.400 anos.

A cidade de Nova York adicionou protocolos de segurança contra terremotos ao seu código de construção em 1995, mas a maioria dos cerca de 1 milhão de edifícios da cidade foram construídos antes disso. Muitos são considerados "vulneráveis" a terremotos, segundo a cidade.

De acordo com uma previsão feita pelo Serviço Geológico dos EUA, existe uma chance de 3% de um grande tremor secundário nos próximos dias, de uma magnitude de até 5,0 e 46% de um tremor de menor escala, que teria uma magnitude de 3,0.